



Prestação Anual de Contas

2021

**CERES - Cooperativa de Eletrificação
Rural de Resende Ltda.
Rua Agulhas Negras 85, Montese
Resende- RJ CEP 27.541-040
CNPJ 31.465.487/0001-01
Inscrição Estadual 85.512.854
www.ceres.coop.br
presidencia@ceres.coop.br**

Índice

Relatório da Administração (Societário)	2
Demonstrações Contábeis (Societário)	23
Balanço Patrimonial Societário.....	24
Demonstração do Resultado do Exercício Societário.....	27
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário.....	31
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário.....	34
Notas Explicativas (Societário).....	36
Parecer do Conselho Fiscal Societário.....	84
Parecer dos Auditores Independentes Societário.....	86
Relatório da Administração (Regulatório).....	92
Demonstrações Contábeis (Regulatório).....	113
Balanço Patrimonial Regulatório.....	114
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório.....	117
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório.....	120
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório.....	123
Notas Explicativas (Regulatório)	125
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório.....	178
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	180

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

CNPJ: 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual: 85.512.854



Relatório da Administração

2021

(Societário)



Senhoras e Senhores associados/consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e Lei 5764/71 (Lei das Cooperativas), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.



Carta do Presidente

Encerrando mais um exercício fiscal em um ano, ainda, marcado pelas adversidades e tristeza no coração, pelo excessivo número de mortos em nosso País, foi motivo de orgulho e alegria neste ano que passou a consolidação da reversão de nossos resultados, tendo para este ano sobras que há muitos e muitos anos não eram vistas na empresa.

Externamos nossa satisfação pelo resultado com V.Sas. Para nós não foi surpresa o resultado obtido, já que quando assumimos a empresa, tínhamos isso como um de nossos objetivos e não desfocamos dele por um instante sequer. O resultado nada mais é que a colheita dos frutos que semeamos conjuntamente como os diversos setores da empresa.

Nossa gestão vem acompanhando diariamente a evolução do planejamento que traçamos e quando detectamos que algo poderia não sair como planejado, nossa intervenção se fez necessária para novo realinhamento, corrigindo assim qualquer tipo de distorção.

Temos enfrentado diversos problemas com nossa supridora, que por vezes podem comprometer a qualidade de nossos serviços, no entanto, temos enfrentado mais esse inesperado desafio, e estamos dispostos a corrigir eventuais falhas, ainda que dependamos de terceiros para tal.

Seria injusto de nossa parte deixarmos de exaltar o empenho de nossos valorosos colaboradores. Também é necessário reiterar a qualidade dos profissionais prestadores de serviço que chegaram à empresa ao longo desse período, melhorando ainda mais a qualidade de nosso corpo técnico e transmitindo conhecimento aos nossos colaboradores. A essa conjunção de valores, somado à política financeira de austeridade que implementamos, reputamos como fundamental para o soerguimento da CERES. Sabemos que muito há ainda para se realizar, o que nos motiva ainda mais, para seguirmos na trilha do crescimento e engrandecimento de nossa Cooperativa, hoje muito mais forte que em anos passados.

Esperançosos no novo tempo, agradecemos a DEUS, aos senhores Associados, aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Órgão Regulador, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes, acreditando sempre na parceria como escada para o sucesso.

Moises Ismael Maciel

Presidente



Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Além de primar pelo cumprimento de toda a Regulação Setorial, fomos rigorosos na observação do regime de competência, detalhando, assim, movimentação de cada grupo contábil em que houve movimento durante o ano.

Após sermos submetidos no exercício anterior a grandes mudanças que alteraram significativamente as rotinas de trabalho, em meio à calamidade pública consequência da crise pandêmica, conseguimos neste exercício de 2021 retomarmos grande parte das atividades e, com isso, alcançarmos melhores resultados que ora apresentamos no presente relatório.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos primeiramente à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os colaboradores dos demais departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador
CRC-RJ-094000/O-3



Carta da Gerência de Distribuição

O ano de 2021 foi marcado por uma espécie de retomada após um período desafiador vivido durante o ápice da pandemia do coronavírus. Nesse período buscamos cumprir o previsto em nosso Plano de Investimentos para o ano, que acumulava além do previsto para o ano, também o que não foi possível realizar no ano anterior devido ao *lockdown*.

Com todos os desafios ainda enfrentados em 2021, nos empenhamos em retomar o crescimento da CERES, e ainda investimos em equipamentos mais modernos e manutenções estratégicas, bem como em melhorias na qualidade do atendimento em geral. Assim, concluímos o ano com grande satisfação, já que realizamos o que previsto em nosso Plano de investimento, e ainda conseguimos modernizar nossa rede e dinamizar nosso atendimento.

Por fim, apresentamos com contentamento os resultados presentes no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

Kleo dos Santos Oliveira
Engenheira Eletricista



Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 53 anos de existência.

Em 2021, o consumo de energia elétrica em comparação ao ano anterior teve um crescimento médio de 6,12 %, representado principalmente nas classes: residencial 2,34% e comercial 20,81%.

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 5.561 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre” ou “Consumidor Livre-especial”.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 209 novas ligações com destaque de 189 residenciais, 19 comerciais e 1 rural, totalizando 5.561 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,16% superior ao ano de 2020.

Ligação de Consumidores					
Classe	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	195	158	161	175	189
Comercial	23	23	30	11	19
Industrial	0	0	0	0	0
Rural	1	1	0	2	1
Outros	0	2	0	1	0
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	0	1	0	1	0
Serviço Público	0	1	0	0	0
Total	219	184	191	189	209

Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	4.028	4.100	4.235	4.435	4.646
Comercial	568	574	600	612	630
Industrial	4	4	4	4	5
Rural	274	276	279	263	255
Poderes Públicos	17	18	18	18	18
Iluminação Pública	9	9	9	4	4
Serviço Público	1	3	3	3	3
Total	4.901	4.984	5.148	5.339	5.561
Variação	4,17%	1,69%	3,29%	3,71%	4,16%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 20,13 GWh (18,61 GWh em 2020), com acréscimo de 8,16%.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com 2,34%, o Comercial com 20,81% e o industrial com 7,05%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

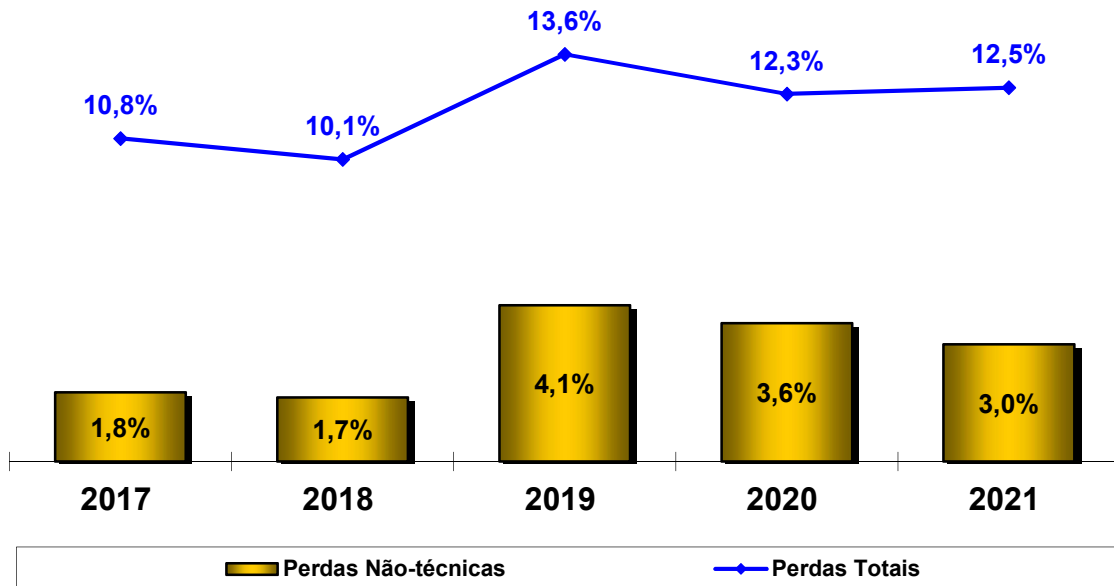
Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Fornecimento	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Residencial	7,78	7,75	8,13	8,60	8,80
Comercial	7,01	6,95	7,46	7,01	8,46
Industrial	0,22	0,23	0,19	0,20	0,22
Rural	1,82	1,96	1,86	1,95	1,80
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,11	0,08	0,08
Iluminação Pública	1,53	1,29	0,66	0,70	0,68
Serviço Público	0,00	0,08	0,08	0,08	0,09

Suprimento p/ agentes de distribuição	-				
Uso da Rede de Distribuição	-				
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-				
Consumidores Rede Básica	-				
Total	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Varição	2,62%	-0,36%	0,52%	0,61%	8,16%

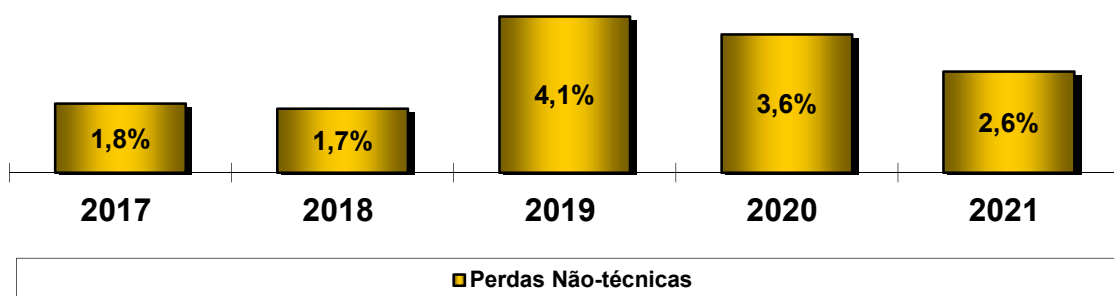
As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou redução de 8,16% em 2021, quando comparado com 2020.

Balço Energético

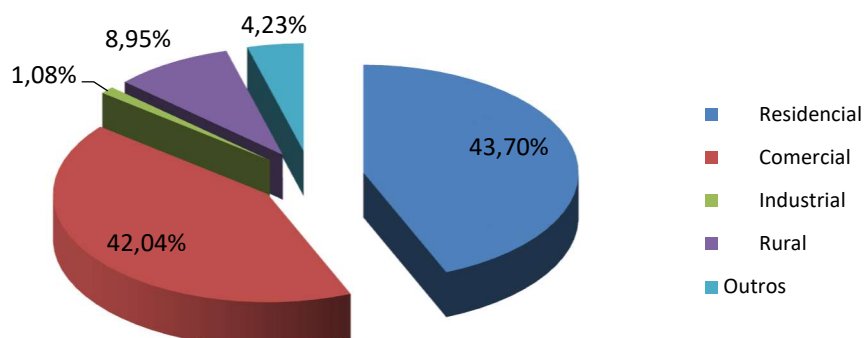
Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
- Fornecimento	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	2,24	2,07	2,92	3,06	2,88
Perdas Técnicas	1,87	1,73	2,05	2,54	2,18
Perdas não Técnicas - PNT	0,37	0,34	0,87	0,52	0,70
PNT / Energia Requerida %	1,8%	1,7%	4,1%	3,6%	3,0%
Perdas Totais - PT	2,24	2,07	2,92	2,92	2,88
PT / Energia Requerida %	10,8%	10,1%	13,6%	12,3%	12,5%
Total	20,71	20,47	21,42	21,53	23,01



Perdas Não-técnicas



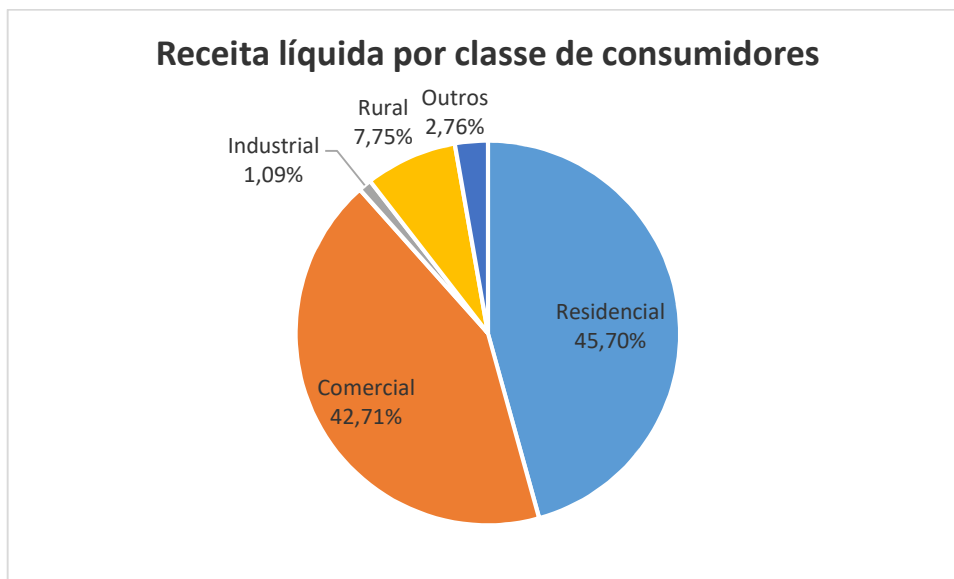
Consumo Por Classe de Consumidores 2021



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS E BANDEIRAS, importou em R\$ 19.204,46 mil, aumento de 16,98% conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2021	2020	%
Residencial	8.776,01	7.906,34	11,00%
Comercial	8.201,49	6.484,96	26,47%
Industrial	208,40	187,98	10,86%
Rural	1.487,57	1.355,72	9,73%
Outros	531,00	482,23	10,11%
Poderes Públicos	84,79	69,70	21,65%
Iluminação Pública	360,48	343,26	5,02%
Serviço Público	85,72	69,27	23,76%
Total	19.204,46	16.417,24	16,98%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 4,16% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2021	2020	Var %
Residencial	4646	4435	4,76%
Comercial	630	612	2,94%
Industrial	5	4	25,00%
Rural	255	263	-3,04%
Outros	25	25	0,00%
Poderes Públicos	18	18	0,00%
Iluminação Pública	4	4	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	5.561	5.339	4,16%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 954,07 /MWh, com aumento de 8,15% em relação ao ano de 2020.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.865 de 27/04/2021, as tarifas de aplicação da Ceres, constante da Resolução Homologatória nº 2.680 de 28/04/2020, ficam em média reajustadas em 6,44% (seis vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	2021			2020			
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	%
Residencial	8.776,01	8,80	997,71	7.906,34	8,60	919,88	8,46%
Comercial	8.201,49	8,46	969,16	6.484,96	7,01	925,76	4,69%
Industrial	208,40	0,22	955,99	187,98	0,20	923,13	3,56%
Rural	1.487,57	1,80	826,12	1.355,72	1,95	696,08	18,68%
Poderes Públicos	84,79	0,08	1.005,37	69,70	0,08	922,51	8,98%
Iluminação Pública	360,48	0,68	533,33	343,26	0,70	490,69	8,69%
Serviço Público	85,72	0,09	936,27	69,27	0,08	831,19	12,64%
Total	19.204,46	20,13	954,07	16.417,24	18,61	882,18	8,15%

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,31580	0,54137	0,81205	0,90176

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência

equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	48,25	18,24	1,84
2018	43,10	19,16	2,07
2019	33,36	16,50	1,96
2020	54,00	17,24	2,63
2021	28,49	13,16	1,68

Atendimento ao consumidor

A CERES, no ano de 2021, retornou com o seu posto de atendimento presencial e permanecemos incentivando o uso de outros canais de atendimento os quais foram implantados em 2020. Com o retorno, investimos em atualização/treinamento para os nossos colaboradores para melhorar a qualidade do nosso atendimento.

Tecnologia da informação

Se tratando deste assunto, a Ceres sempre busca atualizar seu parque tecnológico, adotar as melhores práticas e tecnologias encontradas no mercado para manter um ambiente seguro e tolerante a falhas.

Neste ano que passou, os investimentos foram direcionados para atualização de equipamentos de informática que já se encontravam obsoletos ou no fim de sua vida útil.

Em um futuro próximo, serviços essenciais serão migrados para servidores externos, visando manter a disponibilidade dos Sistemas, seja o atendimento eletrônico ou Callcenter até mesmo em casos mais graves de indisponibilidade de comunicação ou energia em nossa região.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, o resultado societário acumulado foi de R\$1.982,79 mil, contra o resultado de R\$ 531,04 mil em 2020, uma melhora na ordem de 273,38%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a



Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 1.982,79 mil

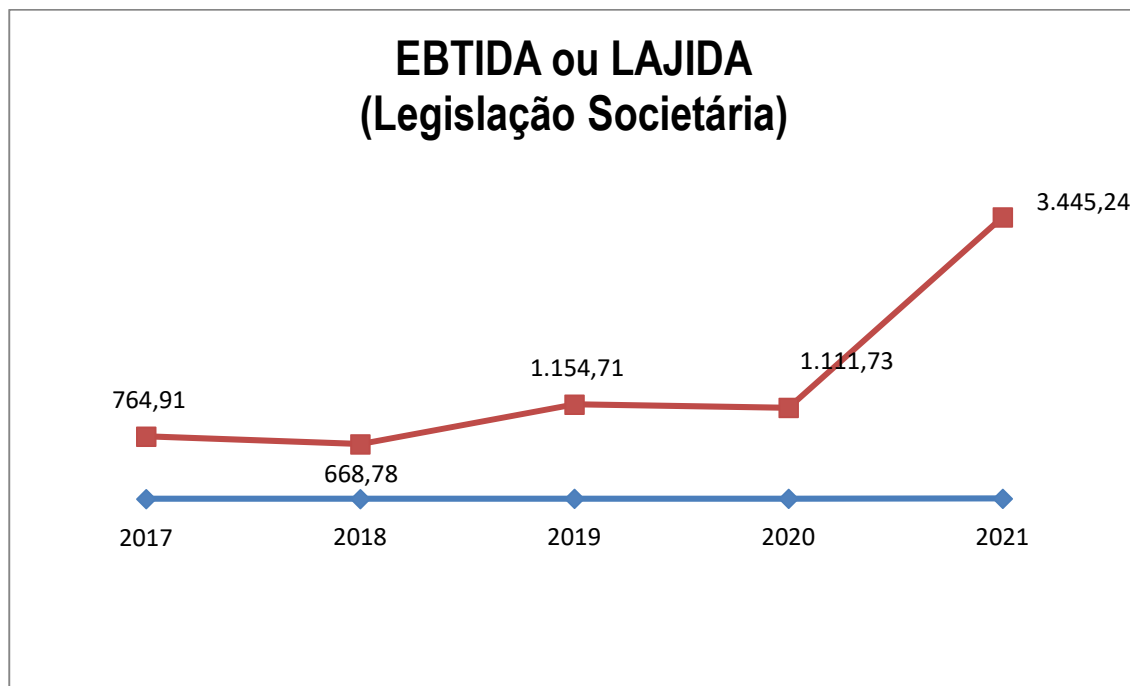
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 1.822,11 mil

RESULTADO FISCAL: R\$ 432,44 mil.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 20.377,14, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 16.073,09 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 17.531,38 mil, 16,06% superiores em relação à 2020, destacando-se os custos da energia comprada que tiveram um acréscimo de 1,32% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 74,27% contra 60,63% em 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 3.445,24 mil, superior em 209,90% a 2020, que foi de R\$ 1.111,73 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos

Em 2021, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.636,82 mil, 75,79% superiores em relação à 2020, dos quais R\$ 1.621,32 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição, e destes, R\$ 1.621,24 vinculados ao PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 3.704,63 mil.

Valor adicionado societário

Em 2021 o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 9.475,04 mil, representando 42,76% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	Legislação societária
	2021	2020
Receitas	24.083,99	17.412,56
Venda de energia e serviços	24.034,78	17.501,39
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35,16	420,30
Resultado não operacional	14,05	-509,13
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-13.452,26	-12.079,73
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-2.182,71	-1.247,84
Material e serviços de terceiros	-11.269,55	-10.831,89
(=) Valor adicionado bruto	10.631,73	5.332,83
(-) Quotas de reintegração	-354,43	-317,68
(=) Valor adicionado líquido	10.277,31	5.015,15
(+) Valor adicionado transferido	-802,27	126,92
Receitas (Despesas) financeiras	-802,27	126,92
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	9.475,04	5.142,07
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.889,37	2.376,75
Remunerações	2.404,38	1.988,50
Encargos sociais (exceto INSS)	203,63	170,11
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	194,50	151,96
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	261,21	208,51
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-174,35	-142,34
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	4.432,27	2.000,56
INSS (sobre folha de pagamento)	651,59	545,68
ICMS	0,00	0,00

Imposto de renda e contribuição social	123,03	26,59
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	3.657,65	1.428,29
Financiadores	293,64	260,31
Juros e variações cambiais	74,74	54,37
Aluguéis	218,89	205,94
Acionistas	1.859,76	504,45
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.859,76	504,45
Valor adicionado (médio) por empregado	215,34	119,58



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício. Neste sentido, as sobras apuradas foram devidamente reinvestidas na Reserva Fates e na Reserva de Sobras (Reserva Legal) - (incluindo o destinado pela Assembleia) e o saldo remanescente será destinado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 2022.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,76 mil, composto por 6.376.462 mil quotas, com valor nominal R\$0,01.



Atendimento a associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração

Durante o ano de 2021 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do Setor Elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a CERES vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais. As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Em 2021 a Ceres obteve a Recertificação, que foi emitido pela empresa BRTUV, de forma que as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade, que efetuam a manutenção da nova norma ISO 9001:2015, desenvolvendo estudos e projetos das

análises de riscos de acordo com a documentação do Sistema de gestão da Qualidade puderam ser retomadas.

Recursos humanos

Em 2021 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da Permissionária, que continua progredindo na melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2021	2020	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.561	5.339	4,16%
Número de empregados	44	43	2,33%
Número de consumidores por empregado	126	124	1,79%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	2	2	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	2	2	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	342,40	342,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	15,32	12,33	24,21%
Distribuição direta (GWh)	20,13	18,61	8,17%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.893	1.938	-2,31%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	954,07	882,18	8,15%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	997,71	919,88	8,46%

Comercial	969,16	925,76	4,69%
Industrial	955,99	923,13	3,56%
Rural	826,12	696,08	18,68%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	28,49	54,00	-47,24%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	16,90	16,51	2,40%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5,34	4,85	10,14%
FEC (número de interrupções)	13,16	17,24	-23,67%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	4,47	3,80	17,63%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	452,90	449,73	0,70%
Capacidade instalada (MW)	22,26	21,56	3,23%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	23.862,33	17.431,49	36,89%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.204,69	16.003,20	26,25%
Margem operacional do serviço líquida (%)	18,10%	8,93%	102,83%
EBITDA OU LAJIDA	6.684,67	355,87	1778,40%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.822,11	360,38	405,61%
Lucro líquido por mil cotas	18,22	3,60	405,61%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	4.168,49	2.591,21	60,87%
Valor patrimonial por cota R\$	41,68	25,91	60,87%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	43,71%	13,91%	214,30%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	364%	522%	-30,27%
Em moeda nacional (%)	364%	522%	-30,27%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	2,58	2,59	-0,39%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	227,38	229,64	-0,98%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,80	1,85	-2,70%
Retorno de ativos por unidade	0,20	0,04	392,82%



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2021 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Resende (RJ), 30 de abril de 2022.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2021

(SOCIETÁRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2021	2020
Ativos		
Ativo Circulante	8.502,99	6.433,26
Caixa e equivalentes de caixa	283,00	216,67
Consumidores	5.637,98	5.192,34
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,26	0,03
Tributos compensáveis	5,36	4,64
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	119,46	104,16
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	2.312,58	571,51
Despesas pagas antecipadamente	41,86	26,97
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	102,49	316,94
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	9.345,71	7.974,51
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	501,57	221,30
Investimentos temporários	8,11	20,44
Empréstimos	-	-

Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	39,91	33,95
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	1.744,93	4.051,40
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	367,61	386,10
Intangível	6.683,58	3.261,32
Total do ativo	17.848,70	14.407,77

Passivo

Passivo Circulante	10.160,29	8.877,15
Fornecedores	4.945,81	2.625,28
Empréstimos, financiamentos e debêntures	775,69	436,31
Obrigações sociais e trabalhistas	427,10	467,04
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	811,22	582,27
Provisão para litígios	413,47	367,70
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	595,03	506,44
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.000,85	3.465,93
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	0,02	0,02
Outros passivos circulantes	191,10	426,16
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	5.018,54	4.654,70
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.405,88	1.005,31
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	454,96	582,02
Provisão para litígios	1.967,59	1.887,11
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-



Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.190,11	1.180,26

Total do passivo	15.178,83	13.531,85
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	2.669,87	875,92
Capital social	63,76	63,72
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.184,88	454,99
Sobras à disposição da Assembleia	1.421,23	357,21
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	2.669,87	875,92
------------------------------------	-----------------	---------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	17.848,70	14.407,77
-------------------------------------------------	------------------	------------------

MOISÉS ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC – RJ094000/O-3

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2021	2020
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	24.034,78	17.501,39
Fornecimento de energia elétrica	6.127,57	4.375,02
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	15.191,64	12.399,39
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(96,14)	143,61
Serviços cobráveis	74,74	47,31
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	558,79	466,17
Outras receitas	2.178,18	69,89
Tributos	(321,43)	(237,45)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(57,24)	(42,29)
COFINS	(264,19)	(195,16)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.336,21)	(1.190,85)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.827,68)	(1.024,61)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(40,57)	(39,00)
Outros encargos	(1.467,96)	(127,24)
Receita líquida / Ingresso líquido	20.377,14	16.073,09

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(10.004,92)	(9.874,68)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.004,92)	(9.874,68)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.372,22	6.198,41
------------------------------------------------	------------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.512,42)	(5.739,93)
Pessoal e administradores	(4.194,49)	(3.520,69)
Material	(552,41)	(364,06)
Serviços de terceiros	(712,22)	(593,15)
Arrendamento e aluguéis	(218,89)	(205,94)
Seguros	(2,41)	-
Doações, contribuições e subvenções	(20,42)	(13,07)
Provisões	(776,44)	444,81
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	40,26	25,21
Tributos	(22,92)	(22,65)
Depreciação e amortização	(354,42)	(317,68)
Gastos diversos	(712,11)	(663,59)
Outras Receitas Operacionais	568,75	457,92
Outras Despesas Operacionais	(554,70)	(967,04)

Resultado da Atividade	2.859,80	458,48
-------------------------------	-----------------	---------------

Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(877,01)	72,56
Despesas financeiras	(1.162,81)	(327,71)
Receitas financeiras	285,80	400,27
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.982,79	531,04
Despesa com impostos sobre os lucros	(123,03)	(26,59)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.859,76	504,45
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	29,17	7,92
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	29,17	7,92
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63,55	-	-	-	-	307,75	(6,31)	-	365,00
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,17	-	-	-	-	-	-	-	0,17
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	6,31	-	6,31
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	84,20	-	420,25	-	504,45
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	42,03	(42,03)	-	-
FATES	-	-	-	-	(84,20)	105,21	(21,01)	-	0,00
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63,72	-	-	-	-	454,99	357,21	-	875,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,04	-	-	-	-	-	-	-	0,04
Reserva de Reavaliação			-		25,18		-		25,18
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	162,54	-	1.606,20	-	1.768,74

Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	458,58	(458,58)	-	-
FATES	-	-	-	-	(187,72)	271,32	(83,60)	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63,76	-	-	-	-	1.184,89	1.421,23	-	2.669,89

MOISÉS ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC – RJ094000/O-3



Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e
 2020
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	672,28	(2.881,78)
Fornecimento de Energia	21.001,69	16.403,86
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	390,01	522,06
Outros Recebimentos Operacionais	340,27	67,76
Fornecedores - Materiais e Serviços	(2.769,49)	(1.985,59)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.293,79)	(12.572,83)
Salários e Encargos Sociais	(2.499,45)	(2.377,77)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.414,94)	(912,54)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(106,78)	(55,60)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(26,59)	(12,26)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(3.135,78)	(946,53)
Outras Despesas Operacionais	(1.812,87)	(1.012,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(778,12)	(230,56)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento / Devolução de Capital	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(778,12)	(259,17)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	(0,42)



Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	29,03
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(105,84)	(3.112,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	172,17	3.327,00
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.382,52	3.822,53
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.210,35)	(495,53)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	66,33	214,66
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	66,33	214,66
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	66,33	214,66
No início do exercício	216,67	2,01
No fim do exercício	283,00	216,67



NOTAS EXPLICATIVAS

2021

(SOCIETÁRIO)

CERES

Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1. Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2. Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2038, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Permissão N°. 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2021), possuímos 5.561 consumidores divididos em 75,98% de consumidores urbanos e 24,02 % de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2038.

Conforme MP n°. 466/2009, convertida em Lei n°. 12.111/2009, foi emendado o art. 23 da lei n°. 9074/1995 o seguinte texto: “§ 3o As autorizações e permissões serão outorgadas às Cooperativas de Eletrificação Rural **pelo prazo de até 30 (trinta) anos**, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do Poder Concedente”. A CERES obteve em abril/2021 através de seu Quarto Termo Aditivo assinado junto ao Poder Concedente a prorrogação da vigência de seu Contrato de Permissão até 20 de junho de 2038.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4357/2017. Para o presente exercício contábil a SFF/ANEEL se manifestou renovando a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, esclarecendo que dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal “Gestão de dados e normatização contábil”.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 5.687,88 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 1.689,08 mil.

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:



- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;
- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERES, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2021, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 2.312,58 R\$/MIL

Passivos Financeiros Setoriais: 2.000,85 R\$/MIL

4. Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015, em substituição às instruções da Resolução ANEEL nº 367/2009 e anterior Portaria DNAEE nº 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no encerramento do mês contábil de maio/2016. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado à Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estarão reintegrados até o final da Concessão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Concessão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Concessão).

. **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2021 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e

Regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

5. Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A CERES possui o montante de R\$/MIL 8,11 em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, conforme demonstrado a seguir:

							<u>Legislação societária</u>	
Instituição		Tipo de aplicação		Vencimento	Remuneração	2021	2020	
SANTANDER		Título				0,00	15	
SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ		Título				7,34	5,02	
SICOOB CECREMEF - COOPERATIVA DE CRÉDITO						0,77	0,42	
Total						8,11	20,44	

6. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2021 e 2020, estão assim elencados, a seguir:

		Legislação societária	
		2021	2020
Consumidores			
Faturados		20.987,25	16.783,24
Não faturados		384,83	86,69
(-) PCLD		-35,16	-420,3
Subtotal		21.336,92	16.449,63
Concessionárias		0	0
Permissionárias		0	0
Comercialização no âmbito do MAE		0	0
Subtotal		0	0
Total		21.336,92	16.449,63



Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2021	Total 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	4.626,15	-	399,55	11,84	32,22	546,77	(137,74)	35,48	-	-	-	(7,23)	5.507,04	5.046,87
Residencial	824,37	-	194,40	6,60	9,68	70,60	(86,92)	15,19	-	-	-	(3,84)	1.030,08	958,42
Industrial	37,24	-	8,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45,96	22,45
Comercial	872,41	-	167,27	5,02	21,97	21,12	(43,10)	20,29	-	-	-	(3,39)	1.061,59	1.083,09
Rural	131,38	-	29,16	0,22	0,57	2,37	(2,37)	-	-	-	-	-	161,33	147,82
Poderes Públicos	11,67	-	-	-	-	2,67	(2,67)	-	-	-	-	-	11,67	7,07
Iluminação Pública	1.995,60	-	-	-	-	449,83	-	-	-	-	-	-	2.445,43	2.461,75
Serviço Público	7,24	-	-	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	7,24	6,20
Serviço Taxado	11,90	-	-	-	-	-	(2,50)	-	-	-	-	-	9,40	10,56
Fornecimento Não Faturado	734,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	734,34	349,51
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.626,15	-	399,55	11,84	32,22	546,77	(137,74)	35,48	-	-	-	(7,23)	5.507,04	5.046,87

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
 - 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.
- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2021 (R\$35,16/reais mil) reduziu em 91,63% em relação ao ano de 2020 (R\$420,30/reais mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a serem reembolsados pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2021, importavam em: 40,25 R\$/MIL.

7. Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Em Serviço Societário	367,61	386,10
Em Curso Societário	0	0
Ativo Financeiro da Concessão	1.689,08	3.929,70
Ativo Intangível da Concessão	5.717,74	2.467,24
Ativo Intangível em Curso	965,84	794,08



Reavaliação Regulatória Compulsória	1.498,61	1.715,29
Sob Total	10.238,88	9.292,41
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-1.190,11	-1.180,26
Sub Total	-1.190,11	-1.180,26
Total	9.048,77	8.112,15

Ativo Imobilizado Societário	367,61	386,10
Ativo Imobilizado Regulatório	9.048,77	8.112,15

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. Onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos. ”

Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços públicos conforme abaixo:

Intangíveis	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Em Serviço	5.964,42	-246,68	5.717,74	2.467,24
Em Curso	965,84	0,00	965,84	794,08
Total	6.930,26	-246,68	6.683,58	3.261,32

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2021, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2021
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	571,51	2.635,40	(1.569,61)	0,17	675,11	2.312,58
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	84,40	20,76	(2,41)	0,17	(81,99)	20,93
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	487,11	2.614,64	(1.567,20)	-	757,10	2.291,65
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	571,51	2.635,40	(1.569,61)	0,17	675,11	2.312,58

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2021
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-

Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	3.465,93	1.803,89	(2.295,15)	34,60	(1.008,42)	2.000,85
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	42,57	115,96	(17,89)	0,90	(65,57)	75,97
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	3.423,36	1.687,93	(2.277,26)	33,70	(942,85)	1.924,88
Total Passivos Financeiros Setoriais	3.465,93	1.803,89	(2.295,15)	34,60	(1.008,42)	2.000,85

9. Fornecedores

Legislação societária 2021 2020

ENEL RIO	4.621,35	2.276,13
PROINFA	0,00	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	4.621,35	2.276,13
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	324,46	349,15
Sub Total - Materiais e Serviços	324,46	349,15
Total	4.945,81	2.625,28

10. Empréstimos e Financiamentos

	Principal	Encargos	Principal	2021	2020
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Empréstimo capital de giro 12790 - santander	0,00	0,00	0,00	0,00	79,46
Empréstimo sicoob - 2335029	241,66	0,00	750,13	991,79	1.684,57
Empréstimo sicoob 13º - 2363133	0,00	0,00	0,00	0,00	201,40
Empréstimo sicoob - 2350913	340,28	0,00	655,75	996,03	0,00
Financiamento aymoré crédito - operação n° 481363378	14,81	0,00	0,00	14,81	0,00
Empréstimo 13º sicoob - operação n° 2408515	178,93	0,00	0,00	178,93	0,00
Transf. Provisória de Encargos de Emprést. e Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	-523,81
Total	775,68	0,00	1.405,88	2.181,56	1.441,62

11. Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2021 e 2020.

Legislação Societária

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Encargos - Parcela "A"	(3.336,21)	-	(3.336,21)	(1.190,85)	-	(1.190,85)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.827,68)	-	(1.827,68)	(1.024,61)	-	(1.024,61)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização	(40,57)	-	(40,57)	(39,00)	-	(39,00)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	(1.467,96)	-	(1.467,96)	(127,24)	-	(127,24)

Obs.: A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº. 13.280, de 3 maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº. 9.991/2000 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos giga watts-hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.241 de 30/04/2019, que reclassificou a



CERES como agente com mercado inferior a 700GWh/ano. Os valores relacionados a estes itens no ano de 2017 foram calculados até o mês 03/2017 quando esta Permissionária passou por processo de IRT. Já em 2021 foi determinado por meio do Despacho 904/2021 o recolhimento à CDE dos valores não comprometidos com Programas PEE e P&D, cujos saldos remanescentes foram integralmente recolhidos em nove parcelas de abril a dezembro de 2021.

12. Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado, uma vez que, sendo dispensada pela Lei Estadual dedicada às Cooperativas de Eletrificação, não tributa ICMS ao seu consumidor final. Possui, contudo, Passivo tributário à Longo Prazo, referente a INSS parcelado que, em 31/12/2021 importava em R\$/mil 454,96.

13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2021 e anteriores.

14. Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2021			2020		
	Valor da provisão		Depósitos	Valor da provisão		Depósitos
No exercício	Acumulada	judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais	
Trabalhistas						
Plano Bresser	-	-	-	-	-	-
Plano Collor	-	-	-	-	-	-



Periculosidade	-	-	-	-	-	-
Outros	97,92	259,37		-269,75	161,45	-
Subtotal	97,92	259,37		-269,75	161,45	-
Cíveis						
Fornecedores				-	-	-
Consumidores				-	-	-
Empreiteiros				-	-	-
Outros	-201,67	1.891,69		-318,53	2.093,36	-
Subtotal	-201,67	1.891,69		-318,53	2.093,36	-
Outros						
Fornecedores				-	-	-
Consumidores				-	-	-
Empreiteiros				-	-	-
Outros				-	-	-
Subtotal				-	-	-
Fiscais						
Cofins				-	-	-
Pis/Pasep				-	-	-
Outros	230,00	230,00		-	-	-
Subtotal	230,00	230,00		-	-	-
Total	126,25	2.381,06		-588,28	2.254,81	-

- **Contingências Trabalhistas**

Ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2021 no valor de R\$ 165,67 mil e baixas no valor de R\$ 67,75 mil e saldo de R\$ 259,37 mil.

- **Contingências Fiscais**

Ocorreram provisões de contingências fiscais no exercício de 2021 no valor de R\$ 230,00 mil.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de 2021 no valor de R\$ 251,44 mil e baixas valor de R\$ 453,11mil e saldo de R\$ 1.891,69 mil.

- **Outras Contingências**

Não ocorreram provisões de outras contingências no exercício de 2021.

15. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,76 (Reais/mil), composto por 6.376.462 quotas com valor nominal conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2021		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Moisés Ismael Maciel	1000	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	1000	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	1000	0,02%
Sandra dos Santos Souza	2000	0,03%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	1000	0,02%
Reinaldo da Silva Pinto	3000	0,05%
Sub total	9000	0,14%
CONSELHO FISCAL 2021		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital



José Luiz de Almeida	1000	0,02%
Antonio Diniz Filho	1000	0,02%
Jorge Vieira Correa	2000	0,03%
Maria Cristina Freire Bento	1500	0,02%
Benedicto Marins Freire Neto	3000	0,05%
Luciano Moreira da Silva	1500	0,02%
Sub Total	10000	0,16%
<u>DEMAIS COOPERADOS 2021</u>		
Demais Cooperados Totalizando 2.874 Cotistas	6.357.462	99,70%
Total geral	6.376.462	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2021	2020
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Conta de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total da Reserva de Capital	0,00	0,00

Reservas de Sobras

Legislação Societária

	2021	2020
Reserva legal	500,60	42,02
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social - FATES	684,29	412,97
Reservas Estatutárias	0,00	0,00
	1.184,89	454,99
Outros Resultados Abrangentes	0,00	0,00
Sobras Acumuladas a disposição da AGO	1.421,23	357,21
Capital social	63,76	63,72
Sub Total	1.484,99	420,93
Total do Patrimônio Líquido	2.669,88	875,93

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2021 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

16. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2021 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

17. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	5.561	5.339	20.129	18.610	20.987,25	16.783,24
Residencial	4.646	4.435	8.796	8.595	9.546,71	8.066,96

Industrial	5	4	218	204	228,06	193,45
Comercial	630	612	8.462	7.005	8.965,69	6.638,38
Rural	255	263	1.801	1.948	1.629,48	1.377,29
Poder público	18	18	84	76	94,95	72,82
Iluminação pública	4	4	676	700	426,40	362,01
Serviço público	3	3	92	83	95,96	72,33
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	15.191,64	12.399,39
Consumidores Cativos	-	-	-	-	15.191,64	12.399,39
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(15.244,51)	(12.494,92)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(15,35)	(40,64)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(37,52)	(54,89)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(15.191,64)	(12.399,39)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	384,83	86,69
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	2.178,18	169,56
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(96,14)	(25,95)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	74,74	47,31
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	386,34	466,18
Total	5.561	5.339	20.129	18.610	23.862,33	17.431,50

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS. Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

18. Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2021 e 2020 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19. Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2021	2020	Reais Mil	
	2021	2020	2021	2020
ENEL RIO	18.893,21	18.469,28	9.846,07	9.723,02
PROINFA	318,44	620,74	158,85	151,66
Total	19.211,64	19.090,02	10.004,92	9.874,68

20. Despesas Operacionais

	Legislação Societária					
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal						
Remunerações	0,00	0,00	2.272,07	1.916,10	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	855,23	715,79	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	194,50	151,96	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	132,34	72,40	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transf. p/ imobilização em curso	0,00	0,00	(174,37)	(142,34)	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	261,21	208,51	0,00	0,00
Total Pessoal	0,00	0,00	3.540,97	2.922,43	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	552,41	364,06	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	712,22	593,15	0,00	0,00



Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	218,89	205,94	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	354,43	317,69	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	776,44	(444,81)	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	35,16	-420,31	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	741,28	-24,50	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	10.004,92	9.874,68	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	22,91	22,65	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	1.348,19	1.249,69	0,00	0,00
Total Outras	0,00	0,00	11.376,03	11.147,02	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	17.531,38	15.105,47	0,00	0,00

21. Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº6.3.6 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

Legislação societária

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2021	2020
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	1.162,81	0,00	0,00	1.162,81	327,71
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.162,81	0,00	0,00	1.162,81	327,71
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	1.162,81	0,00	0,00	1.162,81	327,71

22. Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	1.822,11	360,38
Ajustes Efeitos IFRS	160,68	170,67
Lucro Ajustado	1.982,79	531,04
Ajustes Lalur	-1.550,35	-420,25
Base de Cálculo Fiscal	432,44	110,79
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	123,03	26,59
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	123,03	26,59

23. Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2021.

24. Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Consignado, Seguro de Vida, Planos Médicos e Vale Alimentação.

25. Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2021 e 2020. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Remuneração	544,62	498,54
Previdência Social	108,90	99,71
Total	653,52	598,25

26. Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2021 e 2020, exceção de utilização de limites de cheque especial e financiamentos de capital de giro já descritos na Nota Explicativa Empréstimos e Financiamentos.

27. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

A CERES aderiu aos seguintes parcelamentos de INSS:

- Parcelamento Simplificado INSS-RFB 2017

Valor: R\$/mil 158,98 – Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil: 9,35

- Parcelamento Previdenciário - 19/09/2017

Valor: R\$/mil 258,89 – Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 36,98

- Parcelamento Previdenciário – 02/03/2018

Valor: R\$/mil 269,49 – Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 62,88

- Parcelamento Previdenciário – 24/05/2019

Valor: R\$/mil 65,87 – Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 30,74

- Parcelamento Especial INSS – Lei 12966/14

Valor: R\$/mil 110,95 – Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 58,88

- Parcelamento Simplificado INSS - 14/10/2019, 10/07/2019, 17/09/2020 e 16/12/2020

Valor: R\$/mil 582,62 - Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 385,02

- Parcelamento Simplificado INSS – 26/10/2021

Valor: R\$/mil 176,81 - Saldo a pagar em 31/12/2021: R\$/mil 139,09

28.Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Vlr segurado	Prêmio
Seguro SICOOB 2350913	28/08/2020 a 20/08/2024	1.200,00	34,73
Seguro SICOOB 2335029	08/04/2020 a 10/07/2025	1.250,00	47,37
Seguro SICOOB 93200004	01/08/2021 a 31/07/2022	200,00	0,61

29.Eventos Subsequentes

29.1 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Segue abaixo, os índices e metas de nossa Empresa, lembrando que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000.

Ano de 2021:

Limites Societários: DEC: 24 FEC 9



Para o ano de 2022, nossos limites Societários são:

DEC 23 FEC 9

Continuaremos perseguindo as metas estipuladas pela ANEEL para oferecer o melhor atendimento ao nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

29.2 Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;
- c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;
- d) etc.

Em 2021 os efeitos deste decreto trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

29.3 Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16.

A CERES, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERES uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

29.4 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a CERES contabilizou 12,50% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 10,74%. Durante o ano de 2022, a CERES continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

29.5 Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

Neste exercício a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL publicou o Despacho N°. 2904, de 17/09/2021, aprovando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022 para implementação por todas as Empresas do Setor Elétrico. Desta forma, a CERES implementará em 2022 todas as alterações em atendimento completo ao determinado.

30. Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2021, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: Médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora n°. 10 (Portaria n°. 598/2004). Esse curso foi inclusivo, trazendo, além de nossos colaboradores, pessoas da comunidade que precisavam realizar este curso.

Mantêm convênios com Planos de Saúde e Odontológicos.

Responsabilidade Social

Alimentação: A CERES distribui mensalmente um vale alimentação para todos os funcionários.



Demonstração do Balanço Social - 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021			2020		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)	20.377,14			16.073,09		
Lucro Operacional (LO)	2.859,80			458,48		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	4.194,49			3.520,69		
		% sobre			% sobre	
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	194,50	4,64%	0,95%	151,96	4,32%	0,95%
Encargos sociais compulsórios	838,69	20,00%	4,12%	715,79	20,33%	4,45%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	197,44	4,71%	0,97%	159,01	4,52%	0,99%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	12,85	0,31%	0,06%	39,19	1,11%	0,24%
Outros Benefícios	50,91	1,21%	0,25%	10,31	0,29%	0,06%
Total	1294,39	30,86%	6,35%	1076,26	30,57%	6,70%
		% sobre			% sobre	
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	20,42	0,71%	0,13%	13,07	2,85%	0,08%
Total de contribuições para a sociedade	20,42	0,71%	0,13%	13,07	2,85%	0,08%



Tributos - excluídos encargos sociais	344,35	12,04%	2,14%	260,10	56,73%	1,62%
Total	364,77	12,76%	2,27%	273,17	59,58%	1,70%

4 - Indicadores ambientais	% sobre			% sobre		
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa		0,00%				
Programa Social de Eletricidade Rural	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial		0,00%	0,00%		0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

	2021	2020
5 - Indicadores do corpo funcional		
	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	44	43
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	6	6
Ensino médio	31	30
Ensino fundamental	7	7
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	6	5
De 30 até 45 anos (exclusive)	18	19
Acima de 45 anos	20	19
Admissões durante o período	7	7
Mulheres que trabalham na empresa	16	16
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	25	18,75
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	66	60
Negros que trabalham na empresa	12	10

% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	8	10
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	16	20

Portadores de deficiência física 0 0

Dependentes 75 83

Estagiários 0 0

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	7,21	7,24
Maior remuneração	10,92	9,92
Menor remuneração	1,51	1,37

Acidentes de trabalho 3 2

31. Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, sendo que, ao término do exercício, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 20.377,14 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 26,78 % que foi de R\$ 16.073,09 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2021 foram de 5.561, já em 2020 foi de 5.339, ocasionando um aumento de 4,16% em relação ao ano anterior.

Classe	2021	2020	Var %
Residencial	4646	4435	4,76%
Comercial	630	612	2,94%
Industrial	5	4	25,00%
Rural	255	263	-3,04%
Outros	25	25	0,00%
Poderes Públicos	18	18	0,00%
Iluminação Pública	4	4	0,00%

Serviço Público	3	3	0,00%
Total	5.561	5.339	4,16%

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2021 importou em R\$ 3.540,97 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.922,43 (Reais/mil), ocasionando um aumento de 21,17% em relação ao ano anterior

Classificação	Nome conta	2020	2019	Var %
6105.X.05.01	Remuneração	2.272,07	1.792,40	26,76%
6105.X.05.02	Encargos	855,23	697,16	22,67%
6105.X.05.06	Despesas Rescisórias	132,34	72,40	82,78%
6105.X.05.08	Outros Benefícios Correntes	281,33	360,47	-21,95%
6105.X.05.99	Outras Remunerações	0,00	0,00	#DIV/0!
Total		3.540,97	2.922,43	21,17%

Receita (Despesa) financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2021, importou em R\$ -877,01 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2020, houve um Resultado Financeiro R\$ 72,56 (Reais/mil).

Resultado Financeiro				
Classificação	Nome Conta	2021	2020	Var %
6301	Receitas financeiras	285,80	400,27	-28,60%
6305	Despesas financeiras	-1.162,81	-327,71	254,83%
Total		-877,01	72,56	-1308,67%

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2021	2020
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,84	0,72
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,83	0,71
Absoluta	AD / PC	R\$	0,03	0,02
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	1,18	1,06
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	0,27	3,03
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	11,90	2,62
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	7,74	2,88



Líquida s/ Capital	$(LL / CS) \times 100$	%	2.916,80	791,67
Líquida s/ Patrimônio Líquido	$(LL / PL) \times 100$	%	69,66	57,59
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	$(LL / AT) \times 100$	%	10,42	3,50
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	$[(PC + ELP - ADC) / AT] \times 100$	%	85,04	93,92
Recursos Próprios no Investimento	$[(PL + REF - ADC) / AT] \times 100$	%	14,96	6,08
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	39,51	25,32
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	100,00	100,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	576,55	605,93
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	11.058,96	5.724,14
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	-1,66	-2,44

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32. Créditos Fiscais

Exercício Contábil	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2021	IR retido na fonte	0,02	0,00	0,02



Exercício de 2021	IRRF pago a maior	1,43	0,00	1,43
Exercício de 2021	CSLL a Recuperar	0,02	0,00	0,02
Exercício de 2021	PIS a Compensar	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2021	COFINS a Compensar	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2021	INSS pago a maior	3,88	0,00	3,88
Total Geral				5,36

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

33. Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

34. Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a ENEL RIO, conforme instruções do Órgão Regulador.

35. ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

36. Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2021 na CERES.

37. Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante

Aconteceu em 25 de abril de 2017 o processo da segunda revisão tarifária da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.228 e houve também o reajuste tarifário por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.360 de 19/12/2017, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 1.946 e nº 2.024, de 1º de setembro de 2015 e de 15 de março de 2016, ficando em média reajustadas em 30,97% (trinta vírgula noventa e sete por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora. De forma atípica a presente revisão ocorreu intempestivamente, uma vez que o processo ficou aguardando a negociação com a Supridora da CERES, que veio se concretizar em 2017, e, por essa razão, aconteceram acumuladamente o reajuste de 2015, revisão de 2016 e reajuste de 2017. E, no exercício de 2020, as questões tarifárias ocorreram de forma tempestiva.

38. Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39. Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Permissionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2228, de

25/04/2017, quando atualizadas pelo IRT 2018 (Índice de Reajuste Tarifário de 2018), apresentar-se-ia da seguinte forma:

Descrição	INDICES	-0,34%	4,58%	3,30%	6,10%
	Revisão 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	70.097,95	69.859,62	73.059,19	75.470,14	80.073,82
(2) Obrigações Especiais Brutas	-	-	-	-	
(3) Bens Totalmente Depreciados	4.472,75	4.457,54	4.661,70	4.815,54	5.109,28
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	65.625,20	65.402,07	68.397,49	70.654,61	74.964,54
(5) Depreciação Acumulada	27.328,95	27.236,04	28.483,45	29.423,40	31.218,23
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-	-	-	-	-
(7) Obrigações Especiais Líquidas	-	-	-	-	
(8) Terrenos e Servidões	-	-	-	-	
(9) Almojarifado em Operação	210,29	209,58	219,18	226,41	240,22
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	42.979,29	42.833,16	44.794,92	46.273,15	49.095,81
(11) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.625,01	2.616,08	2.735,90	2.826,18	2.998,58
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	1.620,32	1.614,81	1.688,77	1.744,50	1.850,91

40. Reajuste Tarifário

Aconteceu em 24 de abril de 2018 o processo do IRT 2018, Índice de Reajuste Tarifário - 2018 da CERES por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.389, reajustando as tarifas constantes das Resoluções Homologatórias nº 2.360 de 19/12/2017, ficando em média reajustadas em 10% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da Distribuidora.



Em 23 de abril de 2019, através da Resolução Homologatória ANEEL 2536/2019, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 6,83% de variação econômica, 19,44% de itens financeiros, 26,27% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em um efeito a ser sentido pelo consumidor na ordem de 16,67%.

Em 28 de abril de 2020, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2680/2020, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 16,47% de variação econômica, 12,90% de itens financeiros, 29,37% referente às variações econômica e financeira. E com a retirada dos financeiros do ano anterior, resultaram em um efeito médio de 10,00%, a ser percebido pelos consumidores.

Em 27 de abril de 2021, através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.865/2021, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 15,33% de variação econômica, 2,25% de itens financeiros, 17,58% referente às variações econômica e financeira. E com a retirada dos financeiros do ano anterior, resultaram em um efeito médio de 6,44%, a ser percebido pelos consumidores. O presente reajuste vigorará até o dia 28/04/2022.

41. Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2021 e anteriores.

42. Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2021 e 2020 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERES vinculados a seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

43. Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 3.445,24 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2021 foram utilizadas as seguintes contas:

**Legislação Societária**

	2021	2020
Lucro/Prejuízo Líquido	1.859,76	504,45
Impostos (IR e CSLL)	123,03	26,59
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.108,02	263,01
Depreciação e Amortização	354,43	317,68
	3.445,24	1.111,73

44. Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2021

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.502,99	-	8.502,99	-	8.502,99
Caixa e equivalentes de caixa		283,00	-	283,00	-	283,00
Consumidores		5.637,98	-	5.637,98	-	5.637,98
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,26	-	0,26	-	0,26
Tributos compensáveis		5,36	-	5,36	-	5,36
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		119,46	-	119,46	-	119,46
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		2.312,58	-	2.312,58	-	2.312,58
Despesas pagas antecipadamente		41,86	-	41,86	-	41,86
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		102,49	-	102,49	-	102,49
Ativo não circulante		10.844,32	(1.498,61)	9.345,71	-	9.345,71
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		501,57	-	501,57	-	501,57
Investimentos temporários		8,11	-	8,11	-	8,11
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		39,91	-	39,91	-	39,91
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-



Outros ativos não circulantes	55,85	1.689,08	1.744,93	(1.689,08)	55,85
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Imobilizado	10.209,02	(9.841,41)	367,61	8.342,80	8.710,41
Intangível	29,86	6.653,72	6.683,58	(6.653,72)	29,86
Total do ativo	19.347,31	(1.498,61)	17.848,70	-	17.848,70

Passivo					
Passivo circulante	10.160,29	-	10.160,29	-	10.160,29
Fornecedores	4.945,81	-	4.945,81	-	4.945,81
Empréstimos, financiamentos e debêntures	775,69	-	775,69	-	775,69
Obrigações sociais e trabalhistas	427,10	-	427,10	-	427,10
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	811,22	-	811,22	-	811,22
Provisão para litígios	413,47	-	413,47	-	413,47
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	595,03	-	595,03	-	595,03
Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.000,85	-	2.000,85	-	2.000,85
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	0,02	-	0,02	-	0,02
Outros passivos circulantes	191,10	-	191,10	-	191,10
Passivo não circulante	5.018,54	-	5.018,54	-	5.018,54
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.405,88	-	1.405,88	-	1.405,88
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	454,96	-	454,96	-	454,96
Provisão para litígios	1.967,59	-	1.967,59	-	1.967,59
Encargos setoriais	-	-	-	-	-



Provisão para descomissionamento	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.190,11	-	1.190,11	-	1.190,11
Total do passivo	15.178,83	-	15.178,83	-	15.178,83

Patrimônio líquido					
Capital social	63,76	-	63,76	-	63,76
Reservas de capital	(160,68)	160,68	-	-	-
Outros resultados abrangentes	1.498,61	(1.498,61)	-	-	-
Reservas de lucros	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-
Reserva de sobras	1.184,88	-	1.184,88	-	1.184,88
Sobras à disposição da Assembleia	1.581,91	(160,68)	1.421,23	-	1.421,23
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	4.168,48	(1.498,61)	2.669,87	-	2.669,87
Total do passivo e do patrimônio líquido	19.347,31	(1.498,61)	17.848,70	-	17.848,70

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		23.862,33	172,45	24.034,78	-	24.034,78
Fornecimento de energia elétrica		6.127,57	-	6.127,57		6.127,57
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		15.191,64	-	15.191,64		15.191,64
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(96,14)	-	(96,14)		(96,14)
Serviços cobráveis		74,74	-	74,74		74,74
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		386,34	172,45	558,79		558,79
Outras receitas vinculadas		2.178,18		2.178,18		2.178,18
Tributos		(321,43)	-	(321,43)	-	(321,43)
ICMS		-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(57,24)	-	(57,24)		(57,24)
Cofins		(264,19)	-	(264,19)		(264,19)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(3.336,21)	-	(3.336,21)	-	(3.336,21)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.827,68)	-	(1.827,68)		(1.827,68)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(40,57)	-	(40,57)		(40,57)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.467,96)	-	(1.467,96)		(1.467,96)
Receita líquida / Ingresso líquido		20.204,69	172,45	20.377,14	-	20.377,14

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(10.004,92)	-	(10.004,92)	-	(10.004,92)
Energia elétrica comprada para revenda		(9.846,07)	-	(9.846,07)		(9.846,07)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		(158,85)	-	(158,85)	-	(158,85)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		10.199,77	172,45	10.372,22	-	10.372,22
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(7.500,65)	(11,77)	(7.512,42)	-	(7.512,42)
Pessoal e administradores (inclui 653,52 de remuneração a administradores)		(4.194,49)	-	(4.194,49)		(4.194,49)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(552,41)	-	(552,41)		(552,41)
Serviços de terceiros		(712,22)	-	(712,22)		(712,22)
Arrendamento e aluguéis		(218,89)	-	(218,89)		(218,89)
Seguros		(2,41)	-	(2,41)		(2,41)
Doações, contribuições e subvenções		(20,42)	-	(20,42)		(20,42)
Provisões		(776,44)	-	(776,44)		(776,44)
Recuperação de despesas		40,26	-	40,26		40,26
Tributos		(22,92)	-	(22,92)		(22,92)
Depreciação e amortização		(515,11)	160,69	(354,42)		(354,42)
Gastos diversos da atividade vinculada		(539,65)	(172,46)	(712,11)		(712,11)
Outras Receitas Operacionais		568,75	-	568,75		568,75
Outras Gastos Operacionais		(554,70)	-	(554,70)		(554,70)
Resultado da Atividade		2.699,12	160,68	2.859,80	-	2.859,80
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		(877,01)	-	(877,01)	-	(877,01)

Despesas financeiras	(1.162,81)	-	(1.162,81)		(1.162,81)
Receitas financeiras	285,80	-	285,80		285,80
Operações com não Associados	0,00	0,00	0,00	-1.550,35	-1.550,35
Resultado de operações com não associados	-	-	-	(1.550,35)	(1.550,35)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.822,11	160,68	1.982,79	(1.550,35)	432,44
Despesa com impostos sobre os lucros	(123,03)	-	(123,03)	-	(123,03)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.699,08	160,68	1.859,76	(1.550,35)	309,41
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.699,08	160,68	1.859,76	(1.550,35)	309,41
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-
Lucro por ação	26,65	2,52	29,17	(24,32)	4,85
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	26,65	2,52	29,17	(24,32)	4,85
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade					
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-	-	-	-



Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2021

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63,72	-	-	-	-	454,99	357,21	-	875,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	0,04	-	-	-	-	-	-	-	0,04
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de Reavaliação	-	-	-	-	25,18	-	-	-	25,18
Reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	162,54	-	1.606,20	-	1.768,74
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	458,58	(458,58)	-	-
FATES	-	-	-	-	(187,72)	271,32	(83,60)	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reavaliação Regulatoria Compulsoria de Imobilizado - VNR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos IFRS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63,76	-	-	-	-	1.184,89	1.421,23	-	2.669,89

45. Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela CCEE

Conforme determinação regulatória, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09 e 2119.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor a receber sobre os subsídios:

- a) Subsídio Baixa Densidade de Cargas;
- b) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto;
- c) Subsídio Consumidores Rurais e
- d) Subsídios Irrigação.

Tais subsídios em dezembro/2021 somam um valor a receber de: 40,25 R\$/MIL

	SALDO 2020	APROPRIADO	RECEBIDO	AJUSTES (+/-)	SALDO 2021	A DEVOLVER
SUBVENÇÃO BX DENSIDADE DE CARGA	8,58	107,00	-106,55	0,00	9,03	0,00
SUBVENÇÃO CDE - AGUA E ESGOTO	1,10	7,00	-5,00	-0,82	2,28	0,00
SUBVENÇÃO CDE - RURAL	11,09	230,76	-239,22	17,28	19,91	-16,73
SUBVENÇÃO CDE - IRRIGANTE	0,57	0,09	0,37	-0,44	0,59	0,00
Diferença Mensal de Receita - DMR	5,84	41,55	-38,95	0,00	8,44	0,00
					40,25	-16,73

46. Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição (formação):

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço	(989,84)	194,31	(795,53)
Participação da União, Estados e Municípios	(8,62)	0,80	(7,82)
Data de aquisição: 06/2019	(4,59)	0,46	(4,13)
Data de aquisição: 12/2019	(4,03)	0,34	(3,69)
Participação Financeira do Consumidor	(76,63)	17,54	(59,09)
Data de aquisição: anterior 2015	(39,86)	12,41	(27,45)
Data de aquisição: 12/2016	(11,24)	2,28	(8,96)
Data de aquisição: 07/2017	(0,40)	0,07	(0,33)
Data de aquisição: 09/2017	(6,56)	1,09	(5,47)
Data de aquisição: 06/2019	(12,17)	1,23	(10,94)
Data de aquisição: 12/2019	(0,80)	0,07	(0,73)
Data de aquisição: 04/2020	(5,24)	0,37	(4,87)
Data de aquisição: 11/2020	(0,36)	0,02	(0,34)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(836,59)	155,56	(681,03)
Data de aquisição: anterior 2015	(114,33)	36,06	(78,27)
Data de aquisição: 12/2016 - DER	(15,33)	3,11	(12,22)
Data de aquisição: 05/2016	(2,33)	0,53	(1,80)
Data de aquisição: 10/2016	(1,42)	0,30	(1,12)
Data de aquisição: 12/2016	(4,30)	0,87	(3,43)
Data de aquisição: 06/2017	(4,93)	0,90	(4,03)
Data de aquisição: 08/2017	(4,95)	0,87	(4,08)
Data de aquisição: 09/2017	(633,05)	109,63	(523,42)
Data de aquisição: 10/2017	(1,41)	0,24	(1,17)
Data de aquisição: 02/2018	(1,56)	0,25	(1,31)
Data de aquisição: 12/2019	(2,21)	0,19	(2,02)
Data de aquisição: 09/2020	(10,71)	0,58	(10,13)
Data de aquisição: 11/2020	(40,06)	2,03	(38,03)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	20,41	(47,59)
Data de aquisição: anterior 2015	(68,00)	20,41	(47,59)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros	(276,61)	29,33	(247,28)
Ultrapassagem de demanda	(228,46)	24,72	(203,74)

Data de aquisição: 2012/2016	(113,17)	18,49	(94,68)
Data de aquisição: 2016/2020	(115,29)	6,23	(109,06)
Excedente de reativos	(48,15)	4,61	(43,54)
Data de aquisição: 2012/2016	(18,37)	3,00	(15,37)
Data de aquisição: 2016/2020	(29,78)	1,61	(28,17)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(1.266,45)	223,64	(1.042,81)

47. Efeitos COVID 19 (CONTA COVID)

Efeitos Sub Classe Baixa Renda

Conforme determinação pela Resolução Normativa n°: 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL N°: 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

Nossa permissionária repassou esse benefício aos consumidores amparados por tal normativa.

Conforme cronograma deliberado pela resolução 928/2021, as distribuidoras deveriam voltar realizar a suspensão do fornecimento de energia elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de outubro de 2021.

A seguir apresentamos o impacto dessa medida:

Total consumidores*	4614
Qtd de consumidores Residencial baixa renda*	83
Qtd de Consumidores Sub Classe Residencial Baixa Renda, inadimplente*	27
% de consumidores Baixa Renda Beneficiados com a ação*	32,53%

*Posição out/21, mês do reinício da suspensão.

48. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação



pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2022 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

MOISES ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC - RJ094000/O-3

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

CNPJ: 31.465.487/0001-01

Inscrição Estadual: 85.512.854



PARECER DO CONSELHO FISCAL



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

Rua Agulhas Negras, nº85, Montese – Resende – RJ, CEP 27.541-040

Rua dos Operários, nº267, Penedo – Itatiaia – RJ, CEP 27.598-000

Telefone: 0800 7404500 email: atendimento@ceres.coop.br

CNPJ: 31.465.487/0001-01 – Fundada em 30/08/1968

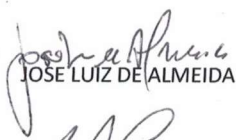
www.ceres.coop.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declaramos que após o exame mensal do Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas e demais demonstrativos contábeis normatizados pela legislação vigente, que são disponibilizados na sede da mesma, certificamos que neles estão contidos todas as comprovações e todos os documentos de arrecadação e despesas realizadas, relativas ao meses de Janeiro de 2021 à dezembro de 2021, na gestão do Presidente Moises Ismael Maciel. Em que pese já haveremos exarado nosso parecer mensal favorável nas referidas pastas, sem qualquer ressalva, declaramos para dos devidos fins de direito e a quem possa interessar que relativo ao período acima mencionado, os demonstrativos contábeis apresentados estão todos corretos espelhando a real situação da empresa. Desta forma, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação, sem qualquer ressalva ou recomendação, pelos(as) senhores(as) participantes da Assembleia.

Resende - RJ, 27 de janeiro de 2022.


JOSE LUIZ DE ALMEIDA


JORGE VIEIRA CORREA


ANTONIO DINIZ FILHO


MARIA CRISTINA FREIRE BENTO


BENEDICTO MARINS FREIRE NETO


LUCIANO MOREIRA DA SILVA



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES (SOCIETÁRIO)



LAM

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA –
“CERES”**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.764,62, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Consequentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.





LAM

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior e atual

As demonstrações financeiras da CERES em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 10 de janeiro de 2021.





LAM

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**LAM**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar



atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de janeiro de 2022.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



HELIO ALBIERI
Contador CRC 1SP 119551/O-8 "S" RJ



Relatório da Administração

2021

(Regulatório)



Senhoras e Senhores associados/consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e Lei 5764/71 (Lei das Cooperativas), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

Carta do Presidente

Encerrando mais um exercício fiscal em um ano, ainda, marcado pelas adversidades e tristeza no coração, pelo excessivo número de mortos em nosso País, foi motivo de orgulho e alegria neste ano que passou a consolidação da reversão de nossos resultados, tendo para este ano sobras que há muitos e muitos anos não eram vistas na empresa.

Externamos nossa satisfação pelo resultado com V.Sas. Para nós não foi surpresa o resultado obtido, já que quando assumimos a empresa, tínhamos isso como um de nossos objetivos e não desfocamos dele por um instante sequer. O resultado nada mais é que a colheita dos frutos que semeamos conjuntamente como os diversos setores da empresa.

Nossa gestão vem acompanhando diariamente a evolução do planejamento que traçamos e quando detectamos que algo poderia não sair como planejado, nossa intervenção se fez necessária para novo realinhamento, corrigindo assim qualquer tipo de distorção.

Temos enfrentado diversos problemas com nossa supridora, que por vezes podem comprometer a qualidade de nossos serviços, no entanto, temos enfrentado mais esse inesperado desafio, e estamos dispostos a corrigir eventuais falhas, ainda que dependamos de terceiros para tal.

Seria injusto de nossa parte deixarmos de exaltar o empenho de nossos valorosos colaboradores. Também é necessário reiterar a qualidade dos profissionais prestadores de serviço que chegaram à empresa ao longo desse período, melhorando ainda mais a qualidade de nosso corpo técnico e transmitindo conhecimento aos nossos colaboradores. A essa conjunção de valores, somado à política financeira de austeridade que implementamos, reputamos como fundamental para o soerguimento da CERES. Sabemos que muito há ainda para se realizar, o que nos motiva ainda mais, para seguirmos na trilha do crescimento e engrandecimento de nossa Cooperativa, hoje muito mais forte que em anos passados.

Esperançosos no novo tempo, agradecemos a DEUS, aos senhores Associados, aos Colaboradores, Órgãos Públicos, Órgão Regulador, Fornecedores, Consultores, Auditores e Clientes, acreditando sempre na parceria como escada para o sucesso.

Moises Ismael Maciel

Presidente



Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERES – Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda., juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Além de primar pelo cumprimento de toda a Regulação Setorial, fomos rigorosos na observação do regime de competência, detalhando, assim, movimentação de cada grupo contábil em que houve movimento durante o ano.

Após sermos submetidos no exercício anterior a grandes mudanças que alteraram significativamente as rotinas de trabalho, em meio à calamidade pública consequência da crise pandêmica, conseguimos neste exercício de 2021 retomarmos grande parte das atividades e, com isso, alcançarmos melhores resultados que ora apresentamos no presente relatório.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos primeiramente à DEUS, à Diretoria, à nossa equipe contábil, bem como todos os colaboradores dos demais departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador
CRC-RJ-094000/O-3



Carta da Gerência de Distribuição

O ano de 2021 foi marcado por uma espécie de retomada após um período desafiador vivido durante o ápice da pandemia do coronavírus. Nesse período buscamos cumprir o previsto em nosso Plano de Investimentos para o ano, que acumulava além do previsto para o ano, também o que não foi possível realizar no ano anterior devido ao *lockdown*.

Com todos os desafios ainda enfrentados em 2021, nos empenhamos em retomar o crescimento da CERES, e ainda investimos em equipamentos mais modernos e manutenções estratégicas, bem como em melhorias na qualidade do atendimento em geral. Assim, concluímos o ano com grande satisfação, já que realizamos o que previsto em nosso Plano de investimento, e ainda conseguimos modernizar nossa rede e dinamizar nosso atendimento.

Por fim, apresentamos com contentamento os resultados presentes no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas dos Balanços Regulatório e Societário, compilados por nosso Departamento Contábil.

Kleo dos Santos Oliveira
Engenheira Eletricista

Cenário

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 53 anos de existência.

Em 2021, o consumo de energia elétrica em comparação ao ano anterior teve um crescimento médio de 6,12 %, representado principalmente nas classes: residencial 2,34% e comercial 20,81%.

Distribuição

A Permissionária distribui Energia Elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no Estado do Rio de Janeiro, 1 no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado de São Paulo, atendendo 5.561 unidades consumidoras.

Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre” ou “Consumidor Livre-especial”.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 209 novas ligações com destaque de 189 residenciais, 19 comerciais e 1 rural, totalizando 5.561 consumidores atendidos pela Outorgada, número 4,16% superior ao ano de 2020

Ligação de Consumidores					
Classe	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	195	158	161	175	189
Comercial	23	23	30	11	19
Industrial	0	0	0	0	0
Rural	1	1	0	2	1
Outros	0	2	0	1	0
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	0	1	0	1	0
Serviço Público	0	1	0	0	0
Total	219	184	191	189	209

Número de Consumidores

Consumidores	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	4.028	4.100	4.235	4.435	4.646
Comercial	568	574	600	612	630
Industrial	4	4	4	4	5
Rural	274	276	279	263	255
Poderes Públicos	17	18	18	18	18
Iluminação Pública	9	9	9	4	4
Serviço Público	1	3	3	3	3
Total	4.901	4.984	5.148	5.339	5.561
Varição	4,17%	1,69%	3,29%	3,71%	4,16%

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 20,13 GWh (18,61 GWh em 2020), com acréscimo de 8,16%. Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial com 2,34%, o Comercial com 20,81% e o industrial com 7,05%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Fornecimento	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Residencial	7,78	7,75	8,13	8,60	8,80
Comercial	7,01	6,95	7,46	7,01	8,46
Industrial	0,22	0,23	0,19	0,20	0,22
Rural	1,82	1,96	1,86	1,95	1,80
Poderes Públicos	0,11	0,14	0,11	0,08	0,08
Iluminação Pública	1,53	1,29	0,66	0,70	0,68
Serviço Público	0,00	0,08	0,08	0,08	0,09
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-

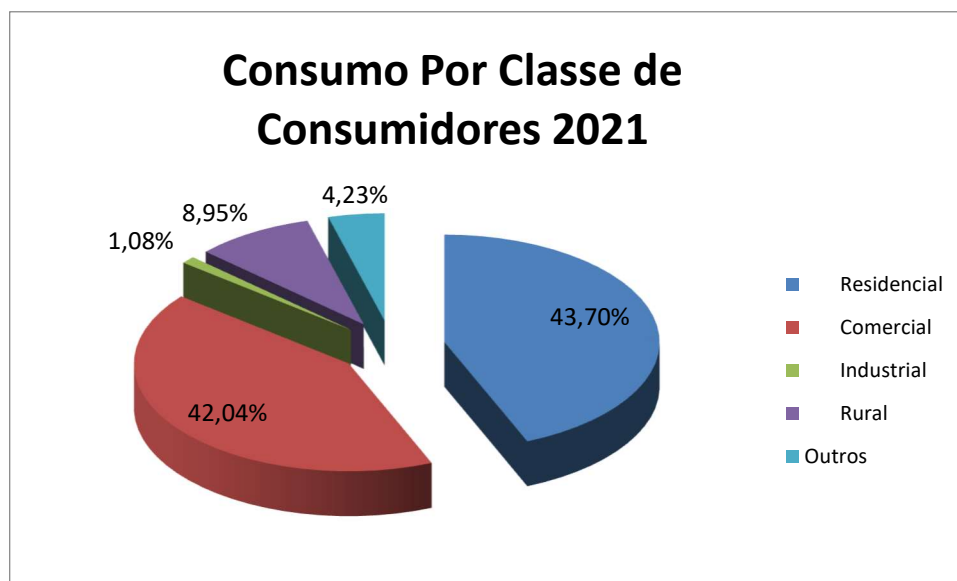
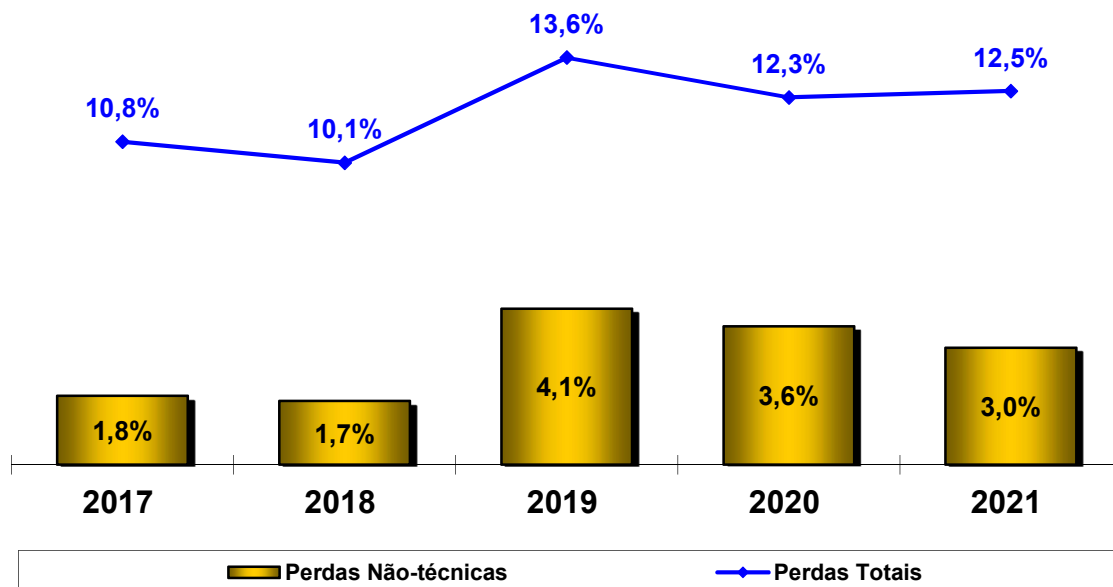
Consumidores Rede Básica -

Total	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Varição	2,62%	-0,36%	0,52%	0,61%	8,16%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou redução de 8,16% em 2021, quando comparado com 2020.

Balanco Energético

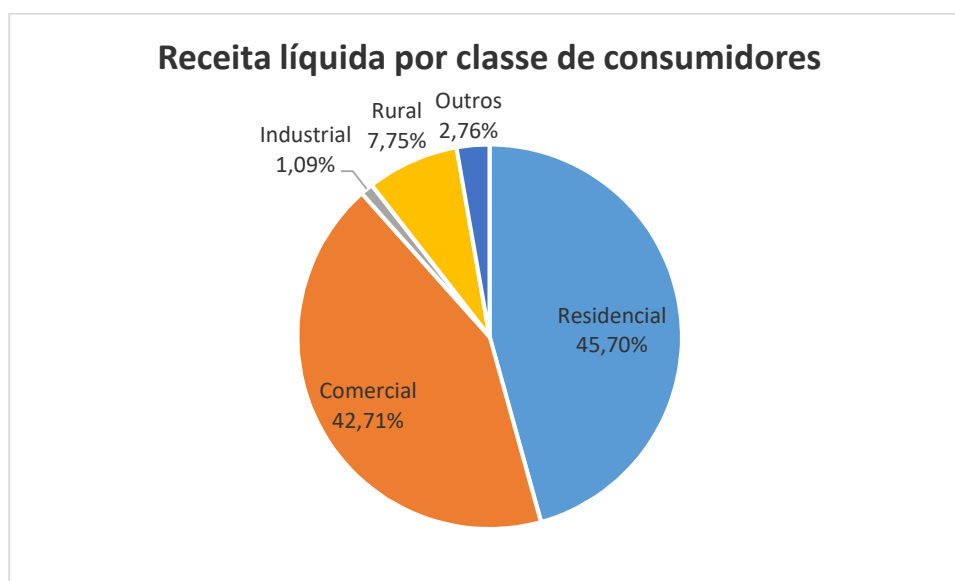
Energia Requerida - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Venda de Energia	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
- Fornecimento	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	18,47	18,40	18,50	18,61	20,13
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Pernas na Distribuição	2,24	2,07	2,92	3,06	2,88
Perdas Técnicas	1,87	1,73	2,05	2,54	2,18
Perdas não Técnicas - PNT	0,37	0,34	0,87	0,52	0,70
PNT / Energia Requerida %	1,8%	1,7%	4,1%	3,6%	3,0%
Perdas Totais - PT	2,24	2,07	2,92	2,92	2,88
PT / Energia Requerida %	10,8%	10,1%	13,6%	12,3%	12,5%
Total	20,71	20,47	21,42	21,53	23,01



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS, COFINS E BANDEIRAS, importou em R\$ 19.204,46 mil, aumento de 16,98% conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2021	2020	%
Residencial	8.776,01	7.906,34	11,00%
Comercial	8.201,49	6.484,96	26,47%
Industrial	208,40	187,98	10,86%
Rural	1.487,57	1.355,72	9,73%
Outros	531,00	482,23	10,11%
Poderes Públicos	84,79	69,70	21,65%
Iluminação Pública	360,48	343,26	5,02%
Serviço Público	85,72	69,27	23,76%
Total	19.204,46	16.417,24	16,98%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 4,16% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores			
Classe	2021	2020	Var %
Residencial	4646	4435	4,76%
Comercial	630	612	2,94%
Industrial	5	4	25,00%
Rural	255	263	-3,04%
Outros	25	25	0,00%
Poderes Públicos	18	18	0,00%
Iluminação Pública	4	4	0,00%
Serviço Público	3	3	0,00%
Total	5.561	5.339	4,16%

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 954,07 /MWh, com aumento de 8,15% em relação ao ano de 2020.

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.865 de 27/04/2021, as tarifas de aplicação da Ceres, constante da Resolução Homologatória nº 2.680 de 28/04/2020, ficam em média reajustadas em 6,44% (seis vírgula quarenta e quatro por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Classe	2021			2020			
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	%
Residencial	8.776,01	8,80	997,71	7.906,34	8,60	919,88	8,46%
Comercial	8.201,49	8,46	969,16	6.484,96	7,01	925,76	4,69%
Industrial	208,40	0,22	955,99	187,98	0,20	923,13	3,56%
Rural	1.487,57	1,80	826,12	1.355,72	1,95	696,08	18,68%
Poderes Públicos	84,79	0,08	1.005,37	69,70	0,08	922,51	8,98%
Iluminação Pública	360,48	0,68	533,33	343,26	0,70	490,69	8,69%
Serviço Público	85,72	0,09	936,27	69,27	0,08	831,19	12,64%
Total	19.204,46	20,13	954,07	16.417,24	18,61	882,18	8,15%

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,31580	0,54137	0,81205	0,90176

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2017	48,25	18,24	1,84
2018	43,10	19,16	2,07
2019	33,36	16,50	1,96
2020	54,00	17,24	2,63
2021	28,49	13,16	1,68

Atendimento ao consumidor

A CERES, no ano de 2021, retornou com o seu posto de atendimento presencial e permanecemos incentivando o uso de outros canais de atendimento os quais foram implantados em 2020. Com o retorno, investimos em atualização/treinamento para os nossos colaboradores para melhorar a qualidade do nosso atendimento.

Tecnologia da informação

Se tratando deste assunto, a Ceres sempre busca atualizar seu parque tecnológico, adotar as melhores práticas e tecnologias encontradas no mercado para manter um ambiente seguro e tolerante a falhas.

Neste ano que passou, os investimentos foram direcionados para atualização de equipamentos de informática que já se encontravam obsoletos ou no fim de sua vida útil.

Em um futuro próximo, serviços essenciais serão migrados para servidores externos, visando manter a disponibilidade dos Sistemas, seja o atendimento eletrônico ou

Callcenter até mesmo em casos mais graves de indisponibilidade de comunicação ou energia em nossa região.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, o resultado regulatório acumulado foi de R\$ 1.822,11mil, contra o resultado de R\$ 360,38 mil em 2020, uma melhora na ordem de 405,61%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como incluir, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP).

Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 1.982,79 mil

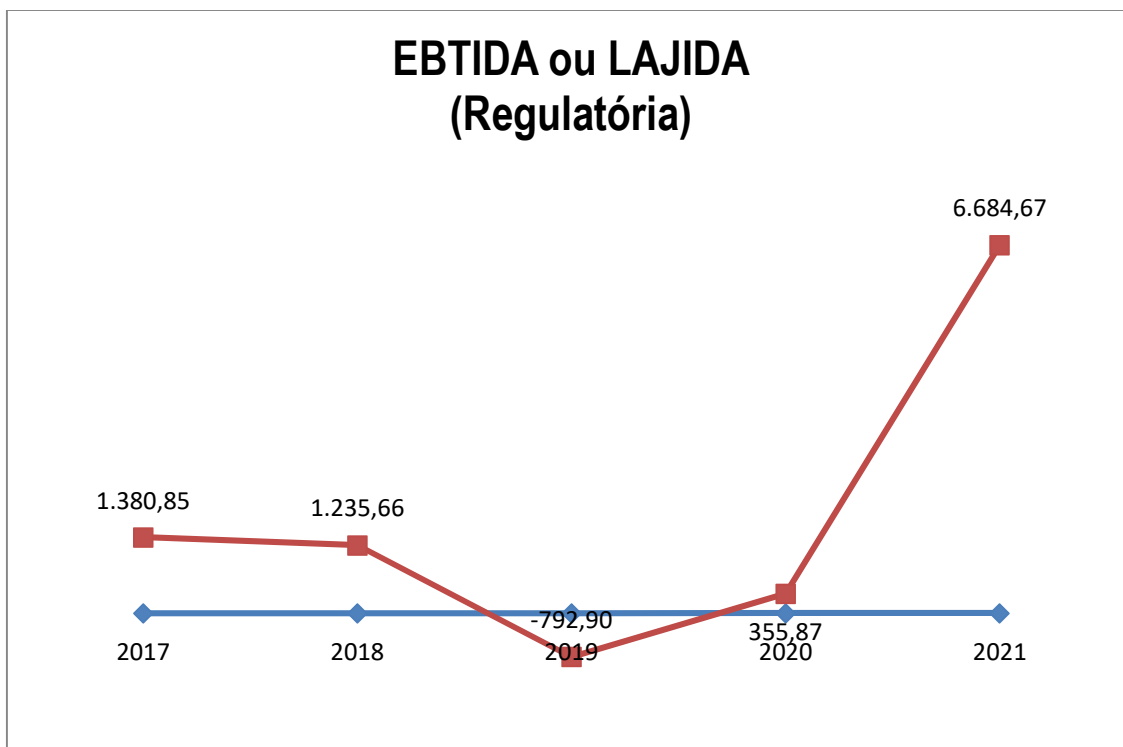
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 1.822,11 mil

RESULTADO FISCAL: R\$ 432,44 mil.

A receita operacional líquida atingiu R\$ 20.204,69, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 16.003,20 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 17.519,62 mil, 15,21% superiores em relação à 2020, destacando-se os custos da energia comprada que tiveram um acréscimo de 1,32% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 43,71% contra 13,91% em 2020.

O EBITDA ou LAJIDA REGULATÓRIO, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.684,67 mil, registrando um crescimento de 1.778,40% com relação a 2020. Tal aumento foi em virtude da mudança da base de base de cálculo em conformidade com a Resolução Normativa ANEEL, nº. 896 de 17 de novembro de 2020, conforme evolução abaixo:



Investimentos

Em 2021, os investimentos da Companhia, importaram em R\$ 1.636,82 mil, 75,79% superiores em relação à 2020, dos quais R\$ 1.621,32 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição, e destes, R\$ 1.621,24 vinculados ao PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 3.704,63 mil.

Tab 9 - Plano de Desenvolvimento de Distribuição - R\$ Mil	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	Realizado	Realizado	Realizado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
AIS Bruto	738,58	809,66	1.621,24	904,65	814,19	732,77	659,49	593,54
Transformador de Distribuição	198,38	259,79	230,06	207,06	186,35	167,72	150,94	135,85
Medidor	82,00	79,04	395,39	147,49	132,74	119,47	107,52	96,77
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	339,93	363,28	377,89	340,10	306,09	275,48	247,94	223,14
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	118,27	107,54	602,40	210,00	189,00	170,10	153,09	137,78

Redes Alta Tensão (69 kV)								
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)								
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)								
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)								
Subestações Alta Tensão (primário maior igual a 230 kV)								
Demais Máquinas e Equipamentos			15,50					

Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização								
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros - Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

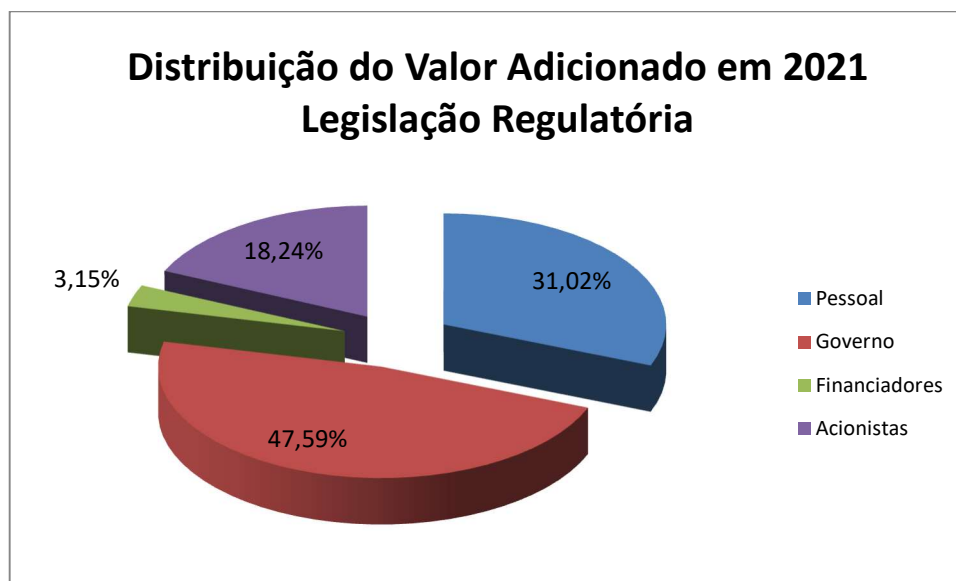
Valor adicionado regulatório

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 9.314,36 mil, representando 42,40% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação societária	
	2021	2020
Receitas	23.911,54	17.342,67
Venda de energia e serviços	23.862,33	17.431,49
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35,16	420,30
Resultado não operacional	14,05	-509,13
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-13.279,81	-12.009,84
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-2.010,26	-1.177,95
Material e serviços de terceiros	-11.269,55	-10.831,89
(=) Valor adicionado bruto	10.631,73	5.332,83
(-) Quotas de reintegração	-515,11	-488,35
(=) Valor adicionado líquido	10.116,62	4.844,48
(+) Valor adicionado transferido	-802,27	126,92
Receitas (Despesas) financeiras	-802,27	126,92
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	9.314,36	4.971,40
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.889,37	2.376,75
Remunerações	2.404,38	1.988,50
Encargos sociais (exceto INSS)	203,63	170,11
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	194,50	151,96
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	261,21	208,51
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	-174,35	-142,34
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	4.432,27	2.000,56
INSS (sobre folha de pagamento)	651,59	545,68
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	123,03	26,59
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	3.657,65	1.428,29

Financiadores	293,64	260,31
Juros e variações cambiais	74,74	54,37
Aluguéis	218,89	205,94
Acionistas	1.699,08	333,78
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	1.699,08	333,78
Valor adicionado (médio) por empregado	211,69	115,61



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Neste sentido, as sobras apuradas foram devidamente reinvestidas na Reserva Fates e na Reserva de Sobras (Reserva Legal) - (incluindo o destinado pela Assembleia) e o saldo remanescente será destinado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) a ser realizada em 2021.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 63,76 mil, composto por 6.376.462 mil quotas, com valor nominal R\$0,01.

Atendimento a associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial, e-mail, agência virtual ou pelos telefones da empresa.

Gestão

Administração

Durante o ano de 2021 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do Setor Elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a CERES vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no Setor Elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial. Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais. As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Em 2021 a Ceres obteve a Recertificação, que foi emitido pela empresa BRTUV, de forma que as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade, que efetuam a

manutenção da nova norma ISO 9001:2015, desenvolvendo estudos e projetos das análises de riscos de acordo com a documentação do Sistema de gestão da Qualidade puderam ser retomadas.

Recursos humanos

Em 2021 implantou-se e executaram-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da Permissionária, que continua progredindo na melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números	2021	2020	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.561	5.339	4,16%
Número de empregados	44	43	2,33%
Número de consumidores por empregado	126	124	1,79%
Número de localidades atendidas	5	5	0,00%
Número de agências	2	2	0,00%
Número de postos de atendimento	2	2	0,00%
Número de postos de arrecadação	2	2	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	342,40	342,40	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	15,32	12,33	24,21%
Distribuição direta (GWh)	20,13	18,61	8,17%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.893	1.938	-2,31%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	954,07	882,18	8,15%

Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	997,71	919,88	8,46%
Comercial	969,16	925,76	4,69%
Industrial	955,99	923,13	3,56%
Rural	826,12	696,08	18,68%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	28,49	54,00	-47,24%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	16,90	16,51	2,40%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5,34	4,85	10,14%
FEC (número de interrupções)	13,16	17,24	-23,67%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	4,47	3,80	17,63%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0,00	0,00	0,00%
Número de subestações	0,00	0,00	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	452,90	449,73	0,70%
Capacidade instalada (MW)	22,26	21,56	3,23%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	23.862,33	17.431,49	36,89%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	20.204,69	16.003,20	26,25%
Margem operacional do serviço líquida (%)	18,10%	8,93%	102,83%
EBITDA OU LAJIDA	6.684,67	355,87	1778,40%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.822,11	360,38	405,61%
Lucro líquido por mil cotas	18,22	3,60	405,61%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	4.168,49	2.591,21	60,87%
Valor patrimonial por cota R\$	41,68	25,91	60,87%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	43,71%	13,91%	214,30%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	364%	522%	-30,27%
Em moeda nacional (%)	364%	522%	-30,27%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2,58	2,59	-0,39%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	227,38	229,64	-0,98%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	1,80	1,85	-2,70%
Retorno de ativos por unidade	0,20	0,04	392,82%



Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos primeiramente à DEUS, aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, aos Cooperados e Consumidores, aos nossos Consultores, Auditores e a todos que direta ou indiretamente nos prestaram o devido apoio no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CERES. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão do exercício de 2020 da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Resende (RJ), 30 de abril de 2022.

A Administração



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2021

(REGULATÓRIO)

CERES

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanco Patrimonial

	Consolidado	
	2021	2020
Ativos		
Ativo Circulante	8.502,99	6.433,26
Caixa e equivalentes de caixa	283,00	216,67
Consumidores	5.637,98	5.192,34
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	0,26	0,03
Tributos compensáveis	5,36	4,64
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almojarifado operacional	119,46	104,16
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	2.312,58	571,51
Despesas pagas antecipadamente	41,86	26,97
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	102,49	316,94
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	10.844,32	9.689,79
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	-	-
Depósitos judiciais e cauções	501,57	221,30
Investimentos temporários	8,11	20,44
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	39,91	33,95
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	55,85	121,70

Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	10.209,02	9.254,20
Intangível	29,86	38,21

Total do ativo	19.347,31	16.123,04
-----------------------	------------------	------------------

Passivo

Passivo Circulante	10.160,29	8.877,13
Fornecedores	4.945,81	2.625,28
Empréstimos, financiamentos e debêntures	775,69	436,31
Obrigações sociais e trabalhistas	427,10	467,04
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	811,22	582,27
Provisão para litígios	413,47	367,70
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	595,03	506,44
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	2.000,85	3.465,93
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	0,02	0,02
Outros passivos circulantes	191,10	426,16
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	5.018,54	4.654,70
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.405,88	1.005,31
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	454,96	582,02
Provisão para litígios	1.967,59	1.887,11
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	1.190,11	1.180,26
Total do passivo	15.178,83	13.531,83
Patrimônio líquido	4.168,48	2.591,21
Capital social	63,76	63,72
Reservas de capital	(160,68)	(170,67)
Outros resultados abrangentes	1.498,61	1.908,84
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	1.184,88	454,99
Sobras à disposição da Assembleia	1.581,91	334,32
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	4.168,48	2.591,21
Total do passivo e do patrimônio líquido	19.347,31	16.123,04

MOISES ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC - RJ094000/O-3

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Consolidado	
	2021	2020
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	23.862,33	17.431,49
Fornecimento de energia elétrica	6.127,57	4.375,01
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	15.191,64	12.399,39
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(96,14)	143,60
Serviços cobráveis	74,74	47,31
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	386,34	466,18
Outras receitas	2.178,18	-
Tributos	(321,43)	(237,45)
ICMS	-	-
PIS-PASEP	(57,24)	(42,29)
Cofins	(264,19)	(195,16)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(3.336,21)	(1.190,85)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(1.827,68)	(1.024,61)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(40,57)	(39,00)
Outros encargos	(1.467,96)	(127,24)
Receita líquida / Ingresso líquido	20.204,69	16.003,20

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(10.004,92)	(9.874,68)
Energia elétrica comprada para revenda	(10.004,92)	(9.874,68)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.199,77	6.128,52
------------------------------------------------	------------------	-----------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.500,65)	(5.840,70)
Pessoal e administradores	(4.194,49)	(3.520,67)
Material	(552,41)	(364,06)
Serviços de terceiros	(712,22)	(593,15)
Arrendamento e aluguéis	(218,89)	(205,94)
Seguros	(2,41)	-
Doações, contribuições e subvenções	(20,42)	(13,07)
Provisões	(776,44)	444,81
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	40,26	25,21
Tributos	(22,92)	(22,65)
Depreciação e amortização	(515,11)	(488,35)
Gastos diversos	(539,65)	(593,70)
Outras Receitas Operacionais	568,75	457,92
Outras Despesas Operacionais	(554,70)	(967,04)

Resultado da Atividade	2.699,12	287,82
-------------------------------	-----------------	---------------

Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	(877,01)	72,56
Despesas financeiras	(1.162,81)	(327,71)
Receitas financeiras	285,80	400,27
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.822,11	360,38
Despesa com impostos sobre os lucros	(123,03)	(26,59)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.699,08	333,78
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	26,65	5,16
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	26,65	5,16
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

MOISÉS ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC – RJ094000/O-3



Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	63,55	-	2.037,61	-	-	307,75	(6,31)	-	2.402,60
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,17	-	-	-	-	-	-	-	0,17
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	6,31	-	6,31
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	84,20	-	420,25	-	504,45
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	(170,67)	(128,77)	-	-	-	(22,89)	-	(322,33)
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	(84,20)	42,03	(42,03)	-	(84,20)



FATES	-	-	-	-	-	105,21	(21,01)	-	84,20
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	63,72	(170,67)	1.908,84	-	-	454,99	334,32	-	2.591,20
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,04	-	-	-	-	-	-	-	0,04
Reserva de Reavaliação			(170,66)		25,18		-		(145,48)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações de Perdas não Cobertas pelas Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	(25,18)	-	-	162,54	-	1.536,54	-	1.673,90
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	35,17	(239,57)	-	-	-	253,23	-	48,83
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Reserva legal	-	-	-	-	-	458,58	(458,58)	-	-
FATES	-	-	-	-	(187,72)	271,32	(83,60)	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	63,76	(160,68)	1.498,61	-	-	1.184,89	1.581,91	-	4.168,49

MOISES ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC - RJ094000/O-3



Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda
 CNPJ no 31.465.487/0001-01
 Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e
 2020
 em 31 de dezembro de 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)
 (Método Direto)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	672,28	(2.881,78)
Fornecimento de Energia	21.001,69	16.403,86
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	390,01	522,06
Outros Recebimentos Operacionais	340,27	67,76
Fornecedores - Materiais e Serviços	(2.769,49)	(1.985,59)
Fornecedores - Energia Elétrica	(9.293,79)	(12.572,83)
Salários e Encargos Sociais	(2.499,45)	(2.377,77)
Tributos sobre a Receita - Federais	(1.414,94)	(912,54)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(106,78)	(55,60)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(26,59)	(12,26)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(3.135,78)	(946,53)
Outras Despesas Operacionais	(1.812,87)	(1.012,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(778,12)	(230,56)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento / Devolução de Capital	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(778,12)	(259,17)
Intangível	-	-

Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	(0,42)
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	29,03
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(105,84)	(3.112,34)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	172,17	3.327,00
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	1.382,52	3.822,53
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(1.210,35)	(495,53)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	66,33	214,66
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	66,33	214,66
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	66,33	214,66
No início do exercício	216,67	2,01
No fim do exercício	283,00	216,67

MOISES ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC - RJ094000/O-3



NOTAS EXPLICATIVAS

2021

(REGULATÓRIO)

CERES

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Permissionária é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de permissão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste

tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas estabelecidas a declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, conforme apresentado no item 4 das notas explicativas societárias exceto ao que se estabelece abaixo.

Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a CERES contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão. A partir de exercício de 2015, o IFRS iniciou a aceitação destes ativos e passivos regulatórios desde que fosse assinado aditivo ao Contrato de Permissão, e que os mesmos fossem renomeados para ativos e passivos financeiros setoriais. A CERES, cumprindo as determinações, passou, a partir daquele exercício, a incluir tais lançamentos também em seu balanço societário.

Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de abril de 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.



4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2021	Total 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	4.626,15	-	399,55	11,84	32,22	546,77	(137,74)	35,48	-	-	-	(7,23)	5.507,04	5.046,87
Residencial	824,37	-	194,40	6,60	9,68	70,60	(86,92)	15,19	-	-	-	(3,84)	1.030,08	958,42
Industrial	37,24	-	8,72	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45,96	22,45
Comercial	872,41	-	167,27	5,02	21,97	21,12	(43,10)	20,29	-	-	-	(3,39)	1.061,59	1.083,09
Rural	131,38	-	29,16	0,22	0,57	2,37	(2,37)	-	-	-	-	-	161,33	147,82
Poderes Públicos	11,67	-	-	-	-	2,67	(2,67)	-	-	-	-	-	11,67	7,07
Iluminação Pública	1.995,60	-	-	-	-	449,83	-	-	-	-	-	-	2.445,43	2.461,75
Serviço Público	7,24	-	-	-	-	0,18	(0,18)	-	-	-	-	-	7,24	6,20
Serviço Taxado	11,90	-	-	-	-	-	(2,50)	-	-	-	-	-	9,40	10,56
Fornecimento Não Faturado	734,34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	734,34	349,51
(-) Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.626,15	-	399,55	11,84	32,22	546,77	(137,74)	35,48	-	-	-	(7,23)	5.507,04	5.046,87



A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.



5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	15.143,22	1.805,72	(363,74)	-	(234,49)	16.350,71	1.441,98	(7.452,16)	8.898,54	8.094,82	-	-	-
Terrenos	101,84	-	-	-	-	101,84	-	-	101,84	101,84	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	273,82	-	-	-	-	273,82	-	(118,66)	155,17	164,08	-	-	-
Máquinas e equipamentos	14.217,31	1.621,32	(363,74)	-	(234,49)	15.240,40	1.257,58	(6.621,83)	8.618,57	7.808,11	-	-	-
Veículos	469,93	184,40	-	-	-	654,33	184,40	(640,22)	14,11	10,16	-	-	-
Móveis e utensílios	80,31	-	-	-	-	80,31	-	(71,45)	8,86	10,64	-	-	-
Administração	752,89	6,50	-	-	-	759,38	6,50	(414,74)	344,64	365,30	-	-	-
Terrenos	52,08	-	-	-	-	52,08	-	-	52,08	52,08	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	505,49	-	-	-	-	505,49	-	(269,42)	236,06	252,89	-	-	-
Máquinas e equipamentos	60,28	3,42	-	-	-	63,70	3,42	(22,61)	41,09	43,29	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	135,04	3,08	-	-	-	138,12	3,08	(122,71)	15,41	17,04	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15.896,10	1.812,22	(363,74)	-	(234,49)	17.110,09	1.448,47	(7.866,91)	9.243,18	8.460,12	-	-	-



Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	794,07	4.525,29	-	(4.353,53)	-	965,83	171,76	-	965,83	794,07	-	-	-
Máquinas e equipamentos	102,21	1.875,02	-	(1.873,89)	-	103,34	1,13	-	103,34	102,21	-	-	-
Outros	691,86	2.650,27	-	(2.479,64)	-	862,49	170,63	-	862,49	691,86	-	-	-
Administração	-	59,90	-	(59,90)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	3,42	-	(3,42)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	56,48	-	(56,48)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	794,07	4.585,18	-	(4.413,43)	-	965,83	171,76	-	965,83	794,07	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	16.690,17	6.397,40	(363,74)	(4.413,43)	(234,49)	18.075,92	1.620,23	(7.866,91)	10.209,01	9.254,19	-	-	-



A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	255,40	-	-	-	-	255,40	-	(229,87)	25,53	32,34
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	255,40	-	-	-	-	255,40	-	(229,87)	25,53	32,34
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	21,14	-	-	-	-	21,14	-	(16,81)	4,33	5,87
Softwares	21,14	-	-	-	-	21,14	-	(16,81)	4,33	5,87
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	276,54	-	-	-	-	276,54	-	(246,68)	29,86	38,21
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	276,54	-	-	-	-	276,54	-	(246,68)	29,86	38,21

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	14.217,31	1.621,32	(363,74)	-	(234,49)	15.240,40	1.257,58
Transformador de Distribuição	2.915,06	230,06	(44,15)	-	(148,54)	2.952,42	185,91
Medidor	1.039,86	275,26	(57,23)	-	(18,68)	1.239,22	218,04
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.850,11	477,23	(72,25)	-	(37,59)	3.217,49	404,98
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	7.412,29	631,75	(190,11)	-	(29,68)	7.824,25	441,64
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	7,02	-	-	-	7,02	7,02
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.266,45)	-	-	-	-	(1.266,45)	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	(989,84)	-	-	-	-	(989,84)	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(276,61)	-	-	-	-	(276,61)	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(228,46)	-	-	-	-	(228,46)	-
Excedente de reativos	(48,15)	-	-	-	-	(48,15)	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2021			2020	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Liquido	Valor Liquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	6,76%	16.350,71	(7.452,16)	8.898,55	8.094,82
Custo histórico	3,60%	10.951,54	(3.551,60)	7.399,94	6.379,53
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,16%	5.399,17	(3.900,56)	1.498,61	1.715,29
Administração	3,53%	759,38	(414,74)	344,64	365,30
Custo histórico	3,53%	759,38	(414,74)	344,64	365,30
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	965,84	-	965,84	794,08
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	965,84	-	965,84	794,08
Administração	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.418,23	48,77	114,47	-	-	43,26	1.624,73
Móveis e Utensílios	3,08	-	-	-	-	-	3,08
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	184,40	-	-	-	-	-	184,40
Total das Adições	1.605,72	48,77	114,47	-	-	43,26	1.812,22

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Distribuição	
Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - REGULADOR DE TENSÃO MONOFÁSICO DE MÉDIA TENSÃO - 328A/250KVA	213,62
2 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	170,94
3 - GERADOR DIESEL MONTADO EM CONTÊINER POTENCIA 32/29KVA TRIFAS	49,10
4 - MEDIDOR ION 8000 C (MODELOS - SMF)	29,92
5 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x70+70MM², TRIFÁSICO	23,31
6 - MEDIDOR TRIF E450-B1E3-AN-ABBN-15-00-1 - QUALIDADE TENSÃO	17,74
7 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 11 METROS 600 DAN	15,87
8 - MEDIDOR MONO E430-B1A3-ABBN-15-001 - QUALIDADE TENSÃO	14,60
9 - MEDIDOR BIF E450-B1C3-AN-ABBN-15-00-1 - QUALIDADE TENSÃO	13,55
10 - CABO DE ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO, NÚ, BITOLA 4 AWG, MONOFÁSICO	12,65

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR 15 KV TERMINAL NEMA	174,50
2 - MEDIDOR ION 8000 C (MODELOS - SMF)	22,62
3 - MEDIDOR ELETRÔNICO BIFÁSICO	17,77
4 - MODEM GPO - Modem GPRS para tele medição de medidores	14,80
5 - CONJ. MEDICAO 15 KV CMT 15150	12,97
6 - POSTE CIRCULAR DE MADEIRA 11 METROS DAN MÉDIO	11,31
7 - MEDIDOR ELETRÔNICO TRIFÁSICO 3EL., 04 FIOS, 120/240V 15A	8,65
8 - MEDIDOR ELETRÔNICO DE ENERGIA MONOFÁSICO	7,81
9 - TRANSFORMADOR 15KVA T 13800/127-220V	6,59
10 - MEDIDOR ELETROMECÂNICO DE ENERGIA TRIFÁSICO	6,33

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERES não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2021.

b) demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CERES não é quotista do Programa de Energia do Brasil – ELETRONUCLEAR.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.



v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Em 2021 não tivemos diferimento ou ressarcimento de reposição tarifária, exceto aos Itens Financeiros comumente publicadas em cada reajuste ou revisão tarifária.



A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	571,51	2.635,40	(1.569,61)	0,17	675,11	2.312,58	360,02	1.952,56	2.312,58	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	84,40	20,76	(2,41)	0,17	(81,99)	20,93	-	20,93	20,93	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	487,11	2.614,64	(1.567,20)	-	757,10	2.291,65	360,02	1.931,63	2.291,65	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	571,51	2.635,40	(1.569,61)	0,17	675,11	2.312,58	360,02	1.952,56	2.312,58	-



A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferecias	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	3.465,93	1.803,89	(2.295,15)	34,60	(1.008,42)	2.000,85	660,88	1.339,97	2.000,85	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	42,57	115,96	(17,89)	0,90	(65,57)	75,97	5,96	70,01	75,97	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	3.423,36	1.687,93	(2.277,26)	33,70	(942,85)	1.924,88	654,92	1.269,96	1.924,88	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	3.465,93	1.803,89	(2.295,15)	34,60	(1.008,42)	2.000,85	660,88	1.339,97	2.000,85	-



7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira				-					-								-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional		775,69	1.405,88	2.181,57					-								137,35	856,73	411,80	-	-	-	1.405,88
EMPRÉSTIMO SICOOB - 2335029	-	241,66	750,13	991,80	Sim	08/04/2020	Não há	TR	0,17	10/01/2022	Mensal	10/01/2022	10/07/2025	Mensal	Price		15,05	367,54	367,54	-	-	-	750,13
EMPRÉSTIMO SICOOB 13º - 2363133	-	178,93	-	178,93	Sim	23/11/2020	Não há	TR	19,57%	16/01/2022	Mensal	16/01/2022	16/11/2021	Mensal	Price		-	-	-	-	-	-	-
EMPRÉSTIMO SICOOB - 2350913	-	340,28	655,75	996,03	Sim	28/08/2020	Não há	TR	24,93%	20/01/2022	Mensal	20/01/2022	20/08/2024	Mensal	Price		122,30	489,19	44,26	-	-	-	655,75
FINANCIAMENTO AYMORE CRÉDITO - OPERAÇÃO Nº 481363378	-	14,81	-	14,81	Sim	10/12/2020	Não há	TR	20,34%	10/01/2022	Mensal	10/01/2022	10/06/2022	Mensal	Outro, especif. no cronograma		-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)				-					-								41,63	-	-	-	-	-	41,63
União		267,98	454,96	722,94					-								35,38	146,12	113,84	53,00	86,78	19,83	454,96
PARCELAMENTO ESPECIAL INSS - LEI 12.996/14 - PGFN	-	7,44	51,44	58,88	Sim	22/08/2014	Não há	Selic	-	30/01/2022	Mensal	30/01/2022	30/11/2029	Mensal	Outro, especif. no cronograma		1,86	7,44	7,44	7,44	7,44	19,83	51,44
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-RFB 2017	-	9,35	-	9,35	Sim	04/04/2017	Não há	Selic	-	30/01/2022	Mensal	01/01/2022	31/03/2022	Mensal	Outro, especif. no cronograma		-	-	-	-	-	-	-
PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO - 19/09/2017	-	36,98	-	36,98	Sim	19/09/2017	Não há	Selic	-	30/01/2022	Mensal	30/01/2022	31/08/2022	Mensal	Outro, especif. no cronograma		-	-	-	-	-	-	-



PARCELAMENTO PREVIDENCIÁRIO - 02/03/2018 e 24/05/2019	-	67,07	26,55	93,62	Sim	02/03/2018	Não há	Selic	-	30/01/2022	Mensal	30/01/2022	30/04/2024	Mensal	Outro, especif. no cronograma	4,39	22,16	-	-	-	-	-	26,55
PARCELAMENTO SIMPLIFICADO INSS-14/10/2019, 10/07/2019, 17/09/2020 e 16/12/2020	-	147,14	376,97	524,10	Sim	14/10/2019	Não há	Selic	-	30/01/2022	Mensal	30/01/2022	30/11/2025	Mensal	Outro, especif. no cronograma	29,13	116,52	106,41	45,57	79,34	-	-	376,97
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	1.043,67	1.860,84	2.904,51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	214,36	1.002,85	525,64	53,00	86,78	19,83	-	1.902,48
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	775,69	1.405,88	2.181,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	137,35	856,73	411,80	-	-	-	-	1.405,88
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41,63	-	-	-	-	-	-	41,63



Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2022	2023	2024	2025	2026	2027+	Total	
Ativos Financeiros	-	283,00	8,11	291,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalente de Caixa	-	283,00	-	283,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 111	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	8,11	8,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01 - Título - SICREDI	-	-	7,34	7,34	Sim	-	-	Não há	-	00/01/1900	N.A.	00/01/1900	00/01/1900	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02 - Título SICOOB CECREMEF	-	-	0,77		Sim	-	-	Não há	-	00/01/1900	N.A.	00/01/1900	00/01/1900	N.A.	Outro, especif. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida Bruta	-	2.171,53	1.860,84	4.032,37	2.305,50
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	775,69	1.405,88	2.181,57	1.441,61
Tributária PAES	-	267,98	454,96	722,94	863,89
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-



Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	1.127,86	-	1.127,86	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(283,00)	(8,11)	(291,11)	(237,11)
Alta Liquidez	-	(283,00)	-	(283,00)	(216,67)
Demais Aplicações Financeiras	-		(8,11)	(8,11)	(20,44)
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.888,53	1.852,73	3.741,26	2.068,40

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERES não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2021 e 2020.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020	161,45	2.093,36	-	-	-	-	2.254,81
Constituição	165,67	251,44	230,00	-	-	-	647,11
Baixas/reversão	(67,75)	(453,11)	-	-	-	-	
Atualização							
Saldos em 31/12/2021	259,37	1.891,69	230,00	-	-	-	2.901,92

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	15,80%	(989,84)	-	-	(989,84)
Participação da União, Estados e Municípios	4,06%	(8,62)	-	-	(8,62)
Participação Financeira do Consumidor	3,91%	(76,65)	-	-	(76,65)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,83%	(836,57)	-	-	(836,57)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	(68,00)	-	-	(68,00)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	5,03%	(276,61)	-	-	(276,61)
Ultrapassagem de demanda	2,66%	(228,46)	-	-	(228,46)

Excedente de reativos	2,37%	(48,15)	-	-	(48,15)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	194,30	-	-	194,30
Participação da União, Estados e Municípios	-	0,80	-	-	0,80
Participação Financeira do Consumidor	-	17,54	-	-	17,54
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	155,55	-	-	155,55
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	20,41	-	-	20,41
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	29,33	-	-	29,33
Ultrapassagem de demanda	-	24,72	-	-	24,72
Excedente de reativos	-	4,61	-	-	4,61
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	(1.042,82)	-	-	(1.042,82)



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	(989,84)	-	-	-	-	(989,84)	-	194,30	(795,54)	(835,76)
Participação da União, Estados e Municípios	(8,62)	-	-	-	-	(8,62)	-	0,80	(7,82)	(8,17)
Participação Financeira do Consumidor	(76,65)	-	-	-	-	(76,65)	-	17,54	(59,11)	(62,22)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(836,57)	-	-	-	-	(836,57)	-	155,55	(681,02)	(715,02)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	-	-	-	-	(68,00)	-	20,41	(47,59)	(50,35)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(276,61)	-	-	-	-	(276,61)	-	29,33	(247,28)	(258,53)
Ultrapassagem de demanda	(228,46)	-	-	-	-	(228,46)	-	24,72	(203,74)	(213,03)
Excedente de reativos	(48,15)	-	-	-	-	(48,15)	-	4,61	(43,54)	(45,50)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(1.266,45)	-	-	-	-	(1.266,45)	-	223,63	(1.042,82)	(1.094,29)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Curso	(0,19)	(4,09)	-	-	-	(4,28)	(4,09)	-	(4,28)	(0,19)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(0,19)	(4,09)	-	-	-	(4,28)	(4,09)	-	(4,28)	(0,19)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-



Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(85,77)	(57,24)	-	-	-	(143,01)	(57,24)	-	(143,01)	(85,77)
Ultrapassagem de demanda	(34,80)	(50,52)	-	-	-	(85,32)	(50,52)	-	(85,32)	(34,80)
Excedente de reativos	(50,29)	(2,36)	-	-	-	(52,65)	(2,36)	-	(52,65)	(50,29)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(0,69)	(4,35)	-	-	-	(5,04)	(4,35)	-	(5,04)	(0,69)
Total	(85,97)	(61,32)	-	-	-	(147,29)	(61,32)	-	(147,29)	(85,97)

Não houveram adições e baixas nas Obrigações Especiais nos exercícios de 2021 e 2020.

Obrigações Especiais controladas por data de imobilização:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço	(989,84)	194,31	(795,53)
Participação da União, Estados e Municípios	(8,62)	0,80	(7,82)
Data de aquisição: 06/2019	(4,59)	0,46	(4,13)
Data de aquisição: 12/2019	(4,03)	0,34	(3,69)
Participação Financeira do Consumidor	(76,63)	17,54	(59,09)
Data de aquisição: anterior 2015	(39,86)	12,41	(27,45)
Data de aquisição: 12/2016	(11,24)	2,28	(8,96)
Data de aquisição: 07/2017	(0,40)	0,07	(0,33)
Data de aquisição: 09/2017	(6,56)	1,09	(5,47)
Data de aquisição: 06/2019	(12,17)	1,23	(10,94)
Data de aquisição: 12/2019	(0,80)	0,07	(0,73)
Data de aquisição: 04/2020	(5,24)	0,37	(4,87)
Data de aquisição: 11/2020	(0,36)	0,02	(0,34)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(836,59)	155,56	(681,03)
Data de aquisição: anterior 2015	(114,33)	36,06	(78,27)
Data de aquisição: 12/2016 - DER	(15,33)	3,11	(12,22)
Data de aquisição: 05/2016	(2,33)	0,53	(1,80)
Data de aquisição: 10/2016	(1,42)	0,30	(1,12)
Data de aquisição: 12/2016	(4,30)	0,87	(3,43)
Data de aquisição: 06/2017	(4,93)	0,90	(4,03)
Data de aquisição: 08/2017	(4,95)	0,87	(4,08)
Data de aquisição: 09/2017	(633,05)	109,63	(523,42)
Data de aquisição: 10/2017	(1,41)	0,24	(1,17)
Data de aquisição: 02/2018	(1,56)	0,25	(1,31)
Data de aquisição: 12/2019	(2,21)	0,19	(2,02)
Data de aquisição: 09/2020	(10,71)	0,58	(10,13)
Data de aquisição: 11/2020	(40,06)	2,03	(38,03)
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	(68,00)	20,41	(47,59)
Data de aquisição: anterior 2015	(68,00)	20,41	(47,59)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			

Outros	(276,61)	29,33	(247,28)
Ultrapassagem de demanda	(228,46)	24,72	(203,74)
Data de aquisição: 2012/2016	(113,17)	18,49	(94,68)
Data de aquisição: 2016/2020	(115,29)	6,23	(109,06)
Excedente de reativos	(48,15)	4,61	(43,54)
Data de aquisição: 2012/2016	(18,37)	3,00	(15,37)
Data de aquisição: 2016/2020	(29,78)	1,61	(28,17)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(1.266,45)	223,64	(1.042,81)

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2021, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,76 (Reais/mil), composto por 6.376.462 quotas com valor nominal conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2021		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Moisés Ismael Maciel	1000	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	1000	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	1000	0,02%
Sandra dos Santos Souza	2000	0,03%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	1000	0,02%
Reinaldo da Silva Pinto	3000	0,05%
Sub total	9000	0,14%
CONSELHO FISCAL 2021		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
José Luiz de Almeida	1000	0,02%
Antonio Diniz Filho	1000	0,02%
Jorge Vieira Correa	2000	0,03%
Maria Cristina Freire Bento	1500	0,02%
Benedicto Marins Freire Neto	3000	0,05%
Luciano Moreira da Silva	1500	0,02%
Sub Total	10000	0,16%
DEMAIS COOPERADOS 2020		
Demais Cooperados Totalizando 2.874 Cotistas	6.357.462	99,70%
Total geral	6.376.462	100,00%

Reservas de Capital

	2021	2020
Outros	-160,68	-170,67
Total	-160,68	-170,67

Reservas de Sobras

	2021	2020
Reserva legal	500,60	42,02
Lucros a realizar		
FATES	684,29	412,97
Reservas Estatutárias		
Total	1.184,89	454,99

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	2021	2020
Outros Resultados Abrangentes	1.498,61	1.908,84
Capital Social	63,76	63,72
Lucro ou Prejuízo Acumulados	-	-
Sobras e Perdas a Disposição as Assembleia	1.581,91	334,32
Total	3.144,28	2.306,88

Patrimônio Líquido	4.168,49	2.591,20
---------------------------	-----------------	-----------------

Reservas de Capital

	2021	2020
Outros	-160,68	-170,67
Total	-160,68	-170,67

Reservas de Sobras

	2021	2020
--	-------------	-------------

Reserva legal	500,60	42,02
Lucros a realizar		
FATES	684,29	412,97
Reservas Estatutárias		
Total	1.184,89	454,99

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outros Resultados Abrangentes	1.498,61	1.908,84
Capital Social	63,76	63,72
Lucro ou Prejuízo Acumulados	-	-
Sobras e Perdas a Disposição as Assembleia	1.581,91	334,32
Total	<b style="text-align: right;">3.144,28	<b style="text-align: right;">2.306,88

Patrimônio Líquido	4.168,49	2.591,20
---------------------------	-----------------	-----------------

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento - Faturado	5.561	5.339	20.129	18.610	20.987,25	16.783,24
Residencial	4.646	4.435	8.796	8.595	9.546,71	8.066,96
Industrial	5	4	218	204	228,06	193,45
Comercial	630	612	8.462	7.005	8.965,69	6.638,38
Rural	255	263	1.801	1.948	1.629,48	1.377,29
Poder público	18	18	84	76	94,95	72,82
Iluminação pública	4	4	676	700	426,40	362,01
Serviço público	3	3	92	83	95,96	72,33
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	-	-	-	-	15.191,64	12.399,39
Consumidores Cativos	-	-	-	-	15.191,64	12.399,39
Consumidores Livres	-	-	-	-	-	-

Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(15.244,51)	(12.494,92)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(15,35)	(40,64)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(37,52)	(54,89)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(15.191,64)	(12.399,39)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	384,83	86,69
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	2.178,18	169,56
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	(96,14)	(25,95)
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	74,74	47,31
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	386,34	466,18
Total	5.561	5.339	20.129	18.610	23.862,33	17.431,50

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020 a Outorgada não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	3.540,96	2.922,43
Remuneração	2.114,27	1.792,40
Encargos	838,68	697,15
Previdência privada - Corrente		
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		

Programa de demissão voluntária		
Despesas rescisórias	132,31	72,40
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		
Outros benefícios - Corrente	455,70	360,48
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial		
(-) Créditos de tributos recuperáveis		
Outros		
Administradores	653,52	598,25
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	653,52	598,25
Benefícios dos administradores		
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	4.194,48	3.520,68

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	1.822,11	360,38
Ajustes Efeitos IFRS	160,68	170,67
Lucro Ajustado	1.982,79	531,04
Ajustes Lalur	(1.550,35)	(420,25)
Base de Cálculo Fiscal	432,44	110,79
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	123,03	26,59
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a COFINS	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	123,03	26,59

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da CERES ser uma Permissionária, onde apenas operamos nas atividades de Distribuição e Administração, somos dispensados da apresentação dessa Demonstração. Por esse motivo justificamos a ausência deste quadro.

17. Revisão e Reajustes Tarifários

17.1. Revisão Tarifária Periódica

Para realização do processo da Segunda Revisão Tarifária Periódica (RTP) das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a Aneel levou em consideração a necessidade de aprimoramento do modelo estabelecido e utilizado no primeiro ciclo de 2012, conforme o módulo 8 do Proret – Procedimento de Regulação Tarifária.

Para isso, em 20/10/2015, foi aberta a Audiência Pública nº 062/2015 para recebimento de contribuições acerca de propostas de alterações tendo como referência, dentre outros objetivos, a simplificação da metodologia e a possibilidade de opção para que os agentes aderissem ao novo procedimento, ou permanecesse no modelo de 2012.

Para acomodar o processo transitório entre o término da nova modelagem e o início das datas de aniversário dos reajustes tarifários das permissionárias, a Aneel promoveu a prorrogação das tarifas vigentes, e no caso da Ceres foi feito através da Resolução Homologatória nº 2.024, de 15/03/2016, até que fosse realizado seu processamento em definitivo.

Na conclusão da Audiência Pública nº 062/2015, houve a publicação da Resolução Normativa nº 704 de 23/03/2016 aprovando os ajustes dos Submódulos 8.1, 8.2 e 8.3 que tratam das regras de reajuste e revisão tarifária das permissionárias, bem como acrescentou o Submódulo denominado de 8.4, e ainda, a minuta do termo aditivo ao contrato de permissão que teve o prazo de 120 dias para definição e a respectiva assinatura dos agentes envolvidos.

Assim, a Ceres com data do processo tarifário programado para acontecer no curso do prazo dos 120 dias, teve mantida suas tarifas que estavam vigentes desde 2015, e nesse prazo, também pudesse avaliar optar por assinar o novo termo aditivo ou permanecer nas metodologias dos submódulos 8.1 e 8.2.

Conforme as avaliações internas da empresa e orientações de consultoria externa, a nova regra (Proret 8.4) traria maior liberdade para propor uma receita de Parcela B (cobertura de custos operacionais, investimentos e reservas), além de eliminar um passivo regulatório relevante originário do primeiro ciclo de revisão, e que deixaria de ser compensado nos processos subsequentes. Neste contexto, a CERES optou por celebrar o termo aditivo, aderindo ao novo modelo metodológico (submódulo 8.4) em 14/07/2016.

Com isso, além da nova metodologia para se propor os valores de receita requerida na composição da Parcela B, houve também o aceite da alteração da data para o reajuste e revisão tarifária contratual subsequentes de 22/03 para 29/04.

No entendimento e avaliação geral da Aneel, considerando as novas condições do termo aditivo, as permissionárias que fizessem a adesão, aceitariam que as tarifas vigentes estavam condizentes para sustentar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de permissão, e assim decidiu através da Resolução Homologatória nº 2.134, de 30/08/2016, por prorrogar a vigência da Resolução Homologatória nº 2.024, citada anteriormente, até a data do próximo reajuste tarifário em 28/04/2017.

Apesar disso, a Ceres em função de necessidade específica visando melhorar sua condição financeira, fez o encaminhamento de pleito da segunda revisão tarifária, nos moldes da nova metodologia do Proret 8.4, através do ofício nº 070 de 14/09/2016, com expectativa de alteração nas tarifas com percentual positivo da ordem de 21%, ao qual não foi atendida.

Desta forma, com a publicação da Resolução Homologatória nº 2.228 de 25 de abril de 2017, a Aneel tornou definitivas as tarifas anteriormente prorrogadas e concluiu o processo da Segunda Revisão Periódica que estava pendente desde 2 de março de 2016.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

Em 24 de abril de 2018, através da Resolução Homologatória ANEEL 2389/2018, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 2,19% de variação econômica, 9,09% de itens financeiros, 11,28% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em uns efeitos a ser sentido pelo consumidor na ordem de 10,37%. O presente reajuste vigorará até o dia 28/04/2019.

Em 23 de abril de 2019, através da Resolução Homologatória ANEEL 2536/2019, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 6,83% de variação econômica, 19,44% de itens financeiros, 26,27% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em uns efeitos a ser sentido pelo consumidor na ordem de 16,67%. O presente reajuste vigorará até o dia 23/04/2019.

Em 28 de abril de 2020, através da Resolução Homologatória ANEEL 2680/2020, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 16,47% de variação econômica, 12,90% de itens financeiros, 29,37% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em um efeito a ser sentido pelo consumidor na ordem de 10,00%. O presente reajuste vigorará até o dia 28/04/2020.

Em 27 de abril de 2021, através da Resolução Homologatória ANEEL 2865/2021, foi determinado à CERES o reajuste de suas tarifas com os seguintes efeitos: 15,33% de variação econômica, 2,25% de itens financeiros, 17,58% referente às variações econômica e financeira, que resultaram em um efeito a ser sentido pelo consumidor na ordem de 6,44%. O presente reajuste vigorará até o dia 27/04/2021.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das Permissionárias vinculados à Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser descartada, uma vez que as Permissionárias possuem um processo simplificado que recalcula a base de remuneração a cada revisão tarifária;
- Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração, líquidas da depreciação acumulada proporcional;
- Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, o presente laudo, quando composto pela Empresa pelos procedimentos determinados no Submódulo 8.1 do PRORET, já estão automaticamente aprovados.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

	IPCA – Fator X	-0,34%	4,58%	3,30%	6,10%
Descrição	Valores	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	70.097,95	69.859,62	73.059,19	75.470,15	80.073,82
(2) Índice de Aproveitamento Integral					
(3) Obrigações Especiais Bruta	-				
(4) Bens Totalmente Depreciados	4.472,75	4.457,54	4.661,70	4.815,53	5.109,28
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	65.625,20	65.402,08	68.397,49	70.654,61	74.964,54
(6) Depreciação Acumulada	27.328,95	27.236,04	28.483,45	29.423,40	31.218,23
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)					
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado					
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado					

(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-				
(10) Almojarifado em Operação	210,29	209,58	219,18	226,41	240,22
(11) Ativo Diferido					
(12) Obrigações Especiais Líquida	-				
(13) Terrenos e Servidões	-				
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	42.979,29	42.833,16	44.794,92	46.273,16	49.095,82
(15) Saldo RGR PLPT	-				
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-				
(17) Taxa de Depreciação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.625,01	2.616,08	2.735,90	2.826,18	2.998,58
(19) WACC real antes de impostos	3,77%	3,77%	3,77%	3,77%	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-				
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-				
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.620,32	1.614,81	1.688,77	1.744,50	1.850,91

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores	IPCA – Fator X			
		-0,34%	4,58%	3,30%	6,10%
		IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	648,11	645,91	675,49	697,78	740,34
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	162,03	161,48	168,87	174,45	185,09
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	162,03	161,48	168,87	174,45	185,09
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	324,05	322,95	337,74	348,88	370,17

(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	8,86	8,83	9,23	9,54	10,12
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	26,20	26,11	27,31	28,21	29,93
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	67,25	67,02	70,09	72,40	76,82
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	102,31	101,96	106,63	110,15	116,87

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras no CRTP vigente. Quando da revisão tarifária de cada Concessionária ou Permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

No ciclo de revisão tarifária que está a CERES, tais parâmetros estão sendo analisados em função do cumprimento das metas de continuidade e qualidade, e, quando esses não forem cumpridos, será acionada a verificação acima.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, e, Módulo 8 do PRORET que trata da revisão e reajustes das permissionárias de distribuição de energia elétrica, nosso último reajuste tarifário pode ser sintetizado conforma a tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da Permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Reajuste	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	13.755,03	7.891,34	10.010,85	-216,22%	153,36%	54,54%
1.1. Encargos Setoriais	1.879,50	1.239,99	2.269,90	-139,81%	122,59%	12,37%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-

TFSEE	87,59	39,74	41,12	-54,63%	3,49%	0,22%
CDE	1.462,13	1.060,85	2.053,84	-27,44%	93,60%	11,19%
PROINFA	329,78	139,40	174,93	-57,73%	25,49%	0,95%
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	4.292,42	3.548,91	4.619,57	-17,32%	30,17%	25,17%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	4.292,42	3.548,91	4.619,57	-17,32%	30,17%	25,17%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	7.583,10	3.102,44	3.121,37	-59,09%	0,61%	17,00%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	7.583,10	3.102,44	3.121,37	-59,09%	0,61%	17,00%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	19.010,83	8.024,44	8.345,16	-57,79%	4,00%	45,46%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	19.010,83	8.024,44	8.345,16	-57,79%	4,00%	45,46%
3. Reposicionamento Econômico	-		15,33%			
4. Componentes Financeiros	-		2,25%			
5. Reposicionamento com Financeiros	-		17,58%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-		-11,14%			
7. Efeito para Consumidor	-		6,44%			

PLEITO DA PARCELA B PARA CICLO 2021/2022

ITENS	VALOR
Operação/Manutenção/Administração	5.493,75
Investimentos/Reservas/Outras receitas	2.851,41
PARCELA B CONSIDERADA	8.345,16

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a CERES seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		8.502,99	-	8.502,99	6.433,26	-	6.433,26
Caixa e equivalentes de caixa		283,00	-	283,00	216,67	-	216,67
Consumidores	14.1	5.637,98	-	5.637,98	5.192,34	-	5.192,34
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		0,26	-	0,26	0,03	-	0,03
Tributos compensáveis		5,36	-	5,36	4,64	-	4,64
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		119,46	-	119,46	104,16	-	104,16
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	2.312,58	-	2.312,58	571,51	-	571,51
Despesas pagas antecipadamente		41,86	-	41,86	26,97	-	26,97
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		102,49	-	102,49	316,94	-	316,94

Ativo não circulante		10.844,32	(1.498,61)	9.345,71	9.689,79	(1.715,28)	7.974,51
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais e cauções		501,57	-	501,57	221,30	-	221,30
Investimentos temporários		8,11	-	8,11	20,44	-	20,44
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		39,91	-	39,91	33,95	-	33,95
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		55,85	1.689,08	1.744,93	121,70	3.929,70	4.051,40
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	10.209,02	(9.841,41)	367,61	9.254,20	(8.868,10)	386,10
Intangível	14.5	29,86	6.653,72	6.683,58	38,21	3.223,11	3.261,32
Total do ativo		19.347,31	(1.498,61)	17.848,70	16.123,04	(1.715,28)	14.407,76

Passivo							
Passivo circulante		10.160,29	-	10.160,29	8.877,13	-	8.877,13
Fornecedores		4.945,81	-	4.945,81	2.625,28	-	2.625,28
Empréstimos, financiamentos e debêntures		775,69	-	775,69	436,31	-	436,31
Obrigações sociais e trabalhistas		427,10	-	427,10	467,04	-	467,04
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		811,22	-	811,22	582,27	-	582,27
Provisão para litígios		413,47	-	413,47	367,70	-	367,70
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		595,03	-	595,03	506,44	-	506,44
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	2.000,85	-	2.000,85	3.465,93	-	3.465,93
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-

Obrigações com associados		0,02	-	0,02	0,02	-	0,02
Outros passivos circulantes		191,10	-	191,10	426,16	-	426,16
Passivo não circulante		5.018,54	-	5.018,54	4.654,70	-	4.654,70
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		1.405,88	-	1.405,88	1.005,31	-	1.005,31
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		454,96	-	454,96	582,02	-	582,02
Provisão para litígios		1.967,59	-	1.967,59	1.887,11	-	1.887,11
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.190,11	-	1.190,11	1.180,26	-	1.180,26
Total do passivo		15.178,83	-	15.178,83	13.531,83	-	13.531,83

Patrimônio líquido							
Capital social		63,76	-	63,76	63,72	-	63,72
Reservas de capital		(160,68)	160,68	-	(170,67)	170,67	-
Outros resultados abrangentes		1.498,61	(1.498,61)	-	1.908,84	(1.908,84)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados				-			-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		1.184,88	-	1.184,88	454,99	-	454,99
Sobras à disposição da Assembleia		1.581,91	(160,68)	1.421,23	334,32	22,89	357,21
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		4.168,48	(1.498,61)	2.669,87	2.591,21	(1.715,29)	875,93

Total do passivo e do patrimônio líquido	19.347,31	(1.498,61)	17.848,70	16.123,04	(1.715,29)	14.407,76
-------------------------------------------------	------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------	------------------

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		23.862,33	172,45	24.034,78	17.431,49	69,89	17.501,38
Fornecimento de energia elétrica		6.127,57	-	6.127,57	4.375,01	-	4.375,01
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		15.191,64	-	15.191,64	12.399,39	-	12.399,39
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(96,14)	-	(96,14)	143,60	-	143,60
Serviços cobráveis		74,74	-	74,74	47,31	-	47,31
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		386,34	172,45	558,79	466,18	-	466,18
Outras receitas vinculadas		2.178,18	-	2.178,18	-	69,89	69,89
Tributos		(321,43)	-	(321,43)	(237,45)	-	(237,45)
ICMS		-	-	-	-	-	-
PIS-PASEP		(57,24)	-	(57,24)	(42,29)	-	(42,29)
Cofins		(264,19)	-	(264,19)	(195,16)	-	(195,16)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(3.336,21)	-	(3.336,21)	(1.190,85)	-	(1.190,85)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(1.827,68)	-	(1.827,68)	(1.024,61)	-	(1.024,61)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(40,57)	-	(40,57)	(39,00)	-	(39,00)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-
Outros encargos		(1.467,96)	-	(1.467,96)	(127,24)	-	(127,24)
Receita líquida / Ingresso líquido		20.204,69	172,45	20.377,14	16.003,20	69,89	16.073,09
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(10.004,92)	-	(10.004,92)	(9.874,68)	-	(9.874,68)
Energia elétrica comprada para revenda		(9.846,07)	-	(9.846,07)	(9.723,02)	-	(9.723,02)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(158,85)	-	(158,85)	(151,66)	-	(151,66)

Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.199,77	172,45	10.372,22	6.128,52	69,89	6.198,41
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(7.500,65)	(11,77)	(7.512,42)	(5.840,70)	100,78	(5.739,92)
Pessoal e administradores (inclui 653,52 de remuneração a administradores)	(4.194,49)	-	(4.194,49)	(3.520,67)	-	(3.520,67)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	(552,41)	-	(552,41)	(364,06)	-	(364,06)
Serviços de terceiros	(712,22)	-	(712,22)	(593,15)	-	(593,15)
Arrendamento e aluguéis	(218,89)	-	(218,89)	(205,94)	-	(205,94)
Seguros	(2,41)	-	(2,41)	-	-	-
Doações, contribuições e subvenções	(20,42)	-	(20,42)	(13,07)	-	(13,07)
Provisões	(776,44)	-	(776,44)	444,81	-	444,81
Recuperação de despesas	40,26	-	40,26	25,21	-	25,21
Tributos	(22,92)	-	(22,92)	(22,65)	-	(22,65)
Depreciação e amortização	(515,11)	160,69	(354,42)	(488,35)	170,67	(317,68)
Gastos diversos da atividade vinculada	(539,65)	(172,46)	(712,11)	(593,70)	(69,89)	(663,59)
Outras Receitas Operacionais	568,75	-	568,75	457,92	-	457,92
Outras Gastos Operacionais	(554,70)	-	(554,70)	(967,04)	-	(967,04)
Resultado da Atividade	2.699,12	160,68	2.859,80	287,82	170,67	458,49
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	(877,01)	-	(877,01)	72,56	-	72,56
Despesas financeiras	(1.162,81)	-	(1.162,81)	(327,71)	-	(327,71)
Receitas financeiras	285,80	-	285,80	400,27	-	400,27
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	1.822,11	160,68	1.982,79	360,38	170,67	531,04
Despesa com impostos sobre os lucros	(123,03)	-	(123,03)	(26,59)	-	(26,59)
Resultado líquido das operações em continuidade	1.699,08	160,68	1.859,76	333,78	170,67	504,45
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.699,08	160,68	1.859,76	333,78	170,67	504,45
Atribuível aos:						
Acionistas controladores	-	-	-	-	-	-

Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		26,65	2,52	29,17	5,24	2,68	7,92
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

18.1. Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que, para fins de contabilidade regulatória, tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 2º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos no início (Societário)	2.669,88	875,93
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	1.498,61	1.715,28
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Capital Social		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	5.399,17	5.633,66
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(3.900,56)	(3.918,38)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS		
Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Saldos no fim (Regulatório)	4.168,49	2.591,21

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	1.859,75	504,45
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(160,68)	(170,67)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC)		

Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(160,68)	(170,67)
Anulação Não Operacional		
Fornecimento - Diferimento Ou Devolução Tarifária		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	1.699,07	333,78

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2019 e 2020 cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Eventos Subsequentes

19.1. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu: a) Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERES;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

19.2. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a CERES contabilizou 12,50% de Perdas (Técnicas mais não Técnicas). A ANEEL publicou a meta regulatória de 10,74%. Durante o ano de 2022, a CERES continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).



20. Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2022 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.

MOISES ISMAEL MACIEL
Presidente

ELIAS DE OLIVEIRA RODRIGUES
Contador
CRC - RJ094000/O-3



PARECER DO CONSELHO FISCAL



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

Rua Agulhas Negras, nº85, Montese – Resende – RJ, CEP 27.541-040

Rua dos Operários, nº267, Penedo – Itatiaia – RJ, CEP 27.598-000

Telefone: 0800 7404500 email: atendimento@ceres.coop.br

CNPJ: 31.465.487/0001-01 – Fundada em 30/08/1968

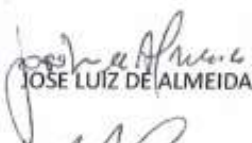
www.ceres.coop.br

somos
coop

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende LTDA – CERES, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declaramos que após o exame mensal do Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas e demais demonstrativos contábeis normatizados pela legislação vigente, que são disponibilizados na sede da mesma, certificamos que neles estão contidos todas as comprovações e todos os documentos de arrecadação e despesas realizadas, relativas ao meses de Janeiro de 2021 à dezembro de 2021, na gestão do Presidente Moises Ismael Maciel. Em que pese já haveremos exarado nosso parecer mensal favorável nas referidas pastas, sem qualquer ressalva, declaramos para dos devidos fins de direito e a quem possa interessar que relativo ao período acima mencionado, os demonstrativos contábeis apresentados estão todos corretos espelhando a real situação da empresa. Desta forma, somos de parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação, sem qualquer ressalva ou recomendação, pelos(as) senhores(as) participantes da Assembleia.

Resende - RJ, 27 de janeiro de 2022.


JOSE LUIZ DE ALMEIDA


JORGE VIEIRA CORREA


ANTONIO DINIZ FILHO


MARIÁ CRISTINA FREIRE BENTO


BENEDICTO MARINS FREIRE NETO


LUCIANO MOREIRA DA SILVA



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES (REGULATÓRIO)

SEÇÃO VI

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À

Diretoria e Cooperados da

Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda. – “CERES”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA – “CERES”** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Os controles analíticos do Capital Social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 63.764,62, não foi passível de confirmação. Os ajustes na contabilidade, advindos de levantamentos nos registros paralelos do Capital Social e conciliações com a contabilidade, não são passíveis de mensuração no momento.

Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do Capital Social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da CERES em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 10 de janeiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de janeiro de 2022.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



HELIO ALBIERI

Contador CRC 1SP 119551/O-8 "S" RJ